

CONJUNTURA CNseg



ANO 1 | Nº 1 | NOVEMBRO/2018



Sumário

Apresentação	3
Editorial	4
Economia Brasileira.....	5
Mercado Segurador.....	10
Projeção da Arrecadação.....	18
Boxe Estatístico	23
Boxe Regulatório	26
Boxe Jurídico	28
Produção Acadêmica em Seguros.....	30
Resumo Estatístico.....	33
Glossário.....	38

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg.

Os dados divulgados até setembro confirmam que o resultado médio do mercado não reflete mais o dinamismo intrassetorial.

A Susep divulgou os dados do mercado de seguros até setembro de 2018. Com o ciclo econômico ainda baixo, e considerando o novo padrão de concorrência e as diferentes preferências por proteção manifestadas pelos consumidores, o desempenho médio do setor segurador torna opaca a dinâmica intrassetorial. Ou seja, deixa de revelar o desempenho comparativo entre os dois grandes segmentos do mercado – Ramos Elementares e Coberturas de Pessoas - e entre os diversos ramos de seguros abrigados nesses grupos.

Comparando-se os nove meses de 2018 com idêntico período do ano passado, o decréscimo médio geral do mercado foi de 0,9%. Entretanto, para adequada comparação, é preciso desconsiderar o DPVAT, já que teve tarifa reduzida por decisão dos órgãos reguladores. Retirado esse seguro, o decréscimo é de 0,2%, virtualmente um estado de estabilidade em termos nominais.

Já ao serem segregados segmentos e ramos de seguros, tem-se um melhor quadro da resposta do setor segurador e das forças de distribuição de produtos às preferências de pessoas, famílias e empresas. Assim, destacam-se os ramos de seguros com desempenho acima de dois dígitos, que são o seguro Rural e o seguro de Transportes (15,1%) e o ramo

Patrimonial Massificados (14,4%). Perto de dois dígitos, figuram o seguro de Crédito e Garantias (9,8%), o seguro de Responsabilidade Civil e os Planos de Vida Risco, ambos com 9,5%.

Todos aqueles ramos do segmento de Ramos Elementares, e mais os de Vida Risco, parecem refletir o comportamento cauteloso de famílias e empresas de se colocarem ao abrigo da proteção securitária em momento de ameaças contra o patrimônio acumulado, ameaças do desemprego, garantias dos empréstimos tomados, bem como a resiliência de atividades econômicas contracíclicas, como a agroindústria e o carregamento de obras ainda da época do ciclo econômico alto.

Na outra ponta do desempenho, os Planos de Acumulação em Coberturas de Pessoas permanecem afetados pelo ambiente de volatilidade de ativos correntes. O decréscimo do VGBL já chegou a 9,4%, enquanto o PGBL viu reduzir a sua arrecadação em 2,2%, muito embora o patrimônio acumulado de ambos ainda seja superlativo. Pela sua magnitude na arrecadação global do setor segurador, são esses dois produtos de caráter previdenciários que influenciam a média negativa do mercado.

Economia Brasileira

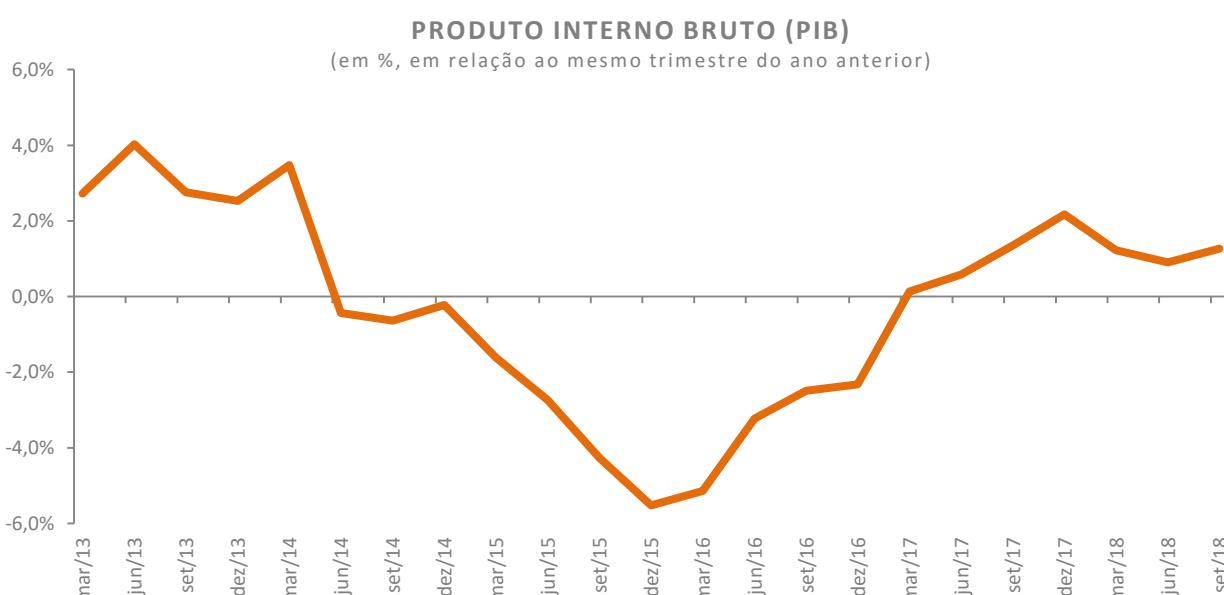
Análise Conjuntural

Pelo que se pode inferir a partir de um amplo conjunto de indicadores da atividade econômica, a economia brasileira, no terceiro trimestre deste ano, apresentou crescimento, tanto em relação ao segundo trimestre quanto em relação ao mesmo período do ano passado, ainda que em ritmo moderado.

O PIB do terceiro trimestre mostrou que a economia, entre a paralisação dos transportadores e o volátil período pré-eleitoral, não conseguiu recuperar totalmente o fôlego e crescer mais rapidamente. O indicador dessazonalizado apresentou variação de 0,76% em relação ao segundo trimestre, uma taxa anualizada de 3,06%, o que parece ser um bom resultado. Entretanto, é importante lembrar que o crescimento no trimestre

ocorreu sobre uma base um tanto quanto deprimida pela greve dos caminhoneiros, que paralisou grande parte da economia brasileira entre o final de maio e o começo de junho. Dessa maneira, convém observar a variação contra o mesmo trimestre do ano passado, em que se verificou crescimento bem mais modesto, de apenas 1,27%. No acumulado do ano, o crescimento é de 1,13%, resultado bastante próximo ao indicado pelo IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), segundo o qual a economia brasileira cresceu 1,14% no acumulado até setembro contra o mesmo período do ano passado.

O mês de setembro, em particular, não trouxe bons resultados, o que ocorreu de maneira disseminada entre os diversos setores da economia, incluindo o segurador.



As vendas do varejo, por exemplo, caíram 1,3% em relação a agosto e tiveram o pior mês de setembro desde o ano 2000, segundo dados da PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), também do IBGE.

Apesar desses números fracos de setembro, as variações desses indicadores obtidas contra o mesmo período do ano anterior e acumuladas no ano são, em geral, positivas, e consolidam a recuperação experimentada pela economia este ano.

Há alguns fatores a que se pode associar tal lentidão da recuperação: em primeiro lugar, a economia no período esteve sujeita a um desgastante e polarizado período de campanha eleitoral, que acrescentou mais incerteza a um cenário internacional já conturbado com os primeiros efeitos da normalização¹ da política monetária nas economias centrais, as perspectivas de uma guerra comercial entre EUA e China e os problemas políticos e econômicos da Europa – entre eles, a saída problemática do Reino Unido da União Europeia, com o Brexit “na prática” e a lassidão fiscal do novo governo italiano. Além disso, são abundantes as evidências de que a capacidade ociosa da nossa economia permanece relativamente alta. No mês de outubro, dados da Utilização da Capacidade Instalada (UCI) da indústria nacional, da FGV, mostraram que o indicador está em 77,9%, um pouco mais alto que no ano passado, mas ainda significativamente abaixo da média histórica de 82% verificada entre 2001 e 2013.

Os dados da PNAD Contínua, referentes ao trimestre móvel encerrado em outubro, indicam que a taxa de desocupação (percentual de pessoas na força de trabalho que buscam emprego, mas não encontram) vem recuando em um passo lento, permanecendo, assim, em patamares historicamente altos (11,7% no trimestre móvel encerrado em outubro). Além disso, indicadores que têm sido cada vez mais enfatizados nas divulgações do IBGE por ajudarem a retratar, na visão do instituto, de forma mais fidedigna o estado do mercado de trabalho, mostram que cerca de 25% da população economicamente ativa está tendo sua força de trabalho não utilizada ou utilizada de maneira insatisfatória, a

chamada subutilização da força de trabalho.

A inflação, apesar de ter mudado de patamar com os impactos da greve dos caminhoneiros (subindo de 2,9% no acumulado de 12 meses em maio para 4,4% em junho), estabilizou-se e, na mais recente divulgação, referente ao mês de outubro, mostrou alguns sinais que podem ser interpretados como resultado de demanda relativamente fraca. A inflação total, por exemplo, se encontra em 4,6%. Entretanto, quando são contabilizados apenas os itens de preços livres – isto é, aqueles que não são reajustados de forma automática ou por meio de algum contrato – a inflação em 12 meses até outubro é de apenas 2,8%. A inflação de serviços, que costuma ser um indicador aderente da demanda das famílias, está em 3,0%. Por sua vez, os núcleos de inflação² – medidas menos voláteis da variação geral de preços e que, portanto, representam melhor a tendência da variação dos preços – avançaram, também em 12 meses, 2,6% (no caso do núcleo por exclusão) e 2,7% (no caso do núcleo estimado pela técnica das médias aparadas).

Os fatores anteriormente mencionados têm contribuído para que a atual recuperação ocorra em passos lentos, o que pode ser atestado com um simples exercício: se concretizada a projeção mediana do Relatório Focus de crescimento para 2018 (1,4%), o crescimento médio no primeiro biênio da recuperação terá sido de apenas 1,1%, excepcionalmente baixo quando comparado a todos os outros episódios recentes de recuperação da economia que se seguiram a alguma crise econômica.

As perspectivas para o quarto trimestre, no entanto, são melhores, já que a incerteza eleitoral foi superada, setores importantes, como a construção civil, voltaram a apresentar crescimento e há indicações de que a melhora na confiança de empresários e até mesmo dos consumidores – apesar dos dados ainda fracos do emprego – tem sido generalizada. Com isso, espera-se que a economia comece 2019 mais aquecida.

¹ Representada pelo aumento gradativo da taxa de juros operado pelo Federal Reserve Board – FED.

² Uma definição mais detalhada dos núcleos de inflação citados pode ser encontrada no Glossário desta publicação.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 30/11/2018)

Notas	Variável	Realizado 2018	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2018				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				30/11/18	23/11/18	01/11/18	31/08/18	05/01/18
3	PIB	1,13%	1,39%	1,32%	1,39%	1,36%	1,44%	2,69%
3	Produção Industrial (quantum)	1,97%	2,72%	2,16%	2,16%	2,22%	2,43%	3,14%
3	PIB Indústria	0,93%	1,32%	1,25%	1,60%	1,66%	1,79%	3,26%
3	PIB de Serviços	1,35%	1,52%	1,39%	1,34%	1,31%	1,40%	2,23%
3	PIB Agropecuário	-0,34%	0,42%	0,16%	0,05%	0,05%	0,30%	0,90%
2	IPCA	3,81%	4,56%	3,89%	3,94%	4,40%	4,16%	3,95%
1	IGP-M	9,26%	10,81%	8,91%	9,08%	10,03%	8,24%	4,38%
1	SELIC	6,40%	6,40%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,75%
1	Câmbio	3,86	3,86	3,75	3,70	3,70	3,80	3,34
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	53,26%	53,26%	54,00%	54,10%	53,90%	54,25%	55,60%
2	Conta Corrente (em US\$ bi)	-11,33	-15,40	-15,05	-15,10	-16,90	-17,55	-29,87
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	43,80	51,69	58,00	58,00	56,41	55,00	52,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	67,51	75,00	70,00	70,00	67,00	67,00	80,00
2	Preços Administrados	8,22%	9,88%	7,10%	7,15%	7,55%	7,20%	4,95%

Fontes: SGS (BCB) - Extraído em 30/11/2018 | SIDRA (IBGE) - Extraído em 30/11/2018 | IPEADATA (IPEA) - Extraído em 30/11/2018

Notas: 1- dados até novembro; 2- dados até outubro; 3- dados até junho

CONJUNTURA CNseg

ECONOMIA BRASILEIRA

ANO 1 | Nº 1 | NOVEMBRO/2018

Notas	Variável	Realizado 2018	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				30/11/18	23/11/18	01/11/18	31/08/18	05/01/18
3	PIB	1,13%	1,39%	2,53%	2,50%	2,50%	2,50%	2,80%
3	Produção Industrial (quantum)	1,97%	2,72%	3,02%	3,02%	3,24%	2,89%	3,00%
3	PIB Indústria	0,93%	1,32%	2,80%	2,77%	2,64%	2,60%	2,50%
3	PIB de Serviços	1,35%	1,52%	2,20%	2,24%	2,09%	2,30%	2,45%
3	PIB Agropecuário	-0,34%	0,42%	2,55%	2,50%	2,63%	3,00%	3,00%
2	IPCA	3,81%	4,56%	4,11%	4,12%	4,22%	4,11%	4,25%
1	IGP-M	9,26%	10,81%	4,48%	4,49%	4,51%	4,49%	4,30%
1	SELIC	6,40%	6,40%	7,75%	7,75%	8,00%	8,00%	8,13%
1	Câmbio	3,86	3,86	3,80	3,78	3,80	3,70	3,40
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	53,26%	53,26%	57,03%	57,13%	56,40%	57,60%	57,70%
2	Conta Corrente (em US\$ bi)	-11,33	-15,40	-27,20	-27,30	-30,00	-32,00	-42,50
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	43,80	51,69	52,24	52,24	49,00	47,10	45,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	67,51	75,00	76,00	76,00	70,00	74,00	80,00
2	Preços Administrados	8,22%	9,88%	4,80%	4,80%	4,80%	4,77%	4,30%

Fontes: SGS (BCB) - Extraído em 30/11/2018 | SIDRA (IBGE) - Extraído em 30/11/2018 | IPEADATA (IPEA) - Extraído em 30/11/2018
 Notas: 1- dados até novembro; 2- dados até outubro; 3- dados até junho

O fim do ciclo eleitoral reduziu as incertezas associadas ao desempenho da economia brasileira no próximo ano, o que tende a fazer com que os agentes tomem decisões de consumo e investimento mais eficientes.

Entretanto, os grandes desafios que deverão ser enfrentados para que o país retorne a uma trajetória de crescimento sustentável podem impor um teto ao crescimento projetado do PIB pelos analistas consultados no relatório Focus. É o que parece estar acontecendo: em relação ao último mês, na data de corte desta publicação, a mediana do crescimento projetado para o PIB praticamente não se alterou, tendo caído para 2018 após

a divulgação do PIB do terceiro trimestre (de 1,36% para 1,32%) e aumentado apenas marginalmente para 2019 (de 2,50% para 2,53%).

É interessante notar também que as projeções para prazos mais longos, como para 2020, permanecem ao redor de 2,5%, crescimento relativamente baixo para uma economia cujas estimativas de crescimento potencial³ há alguns anos variavam entre 3,0% e 4,0% e que, como destacado na seção anterior, ainda opera com grande capacidade ociosa e, portanto, bastante “espaço” para crescimento.

³ Nível de crescimento – não observável, porém estimável – que não gera pressões inflacionárias nem desequilíbrios no balanço de pagamentos de uma economia.

Sobre os supracitados desafios, é importante dizer que eles têm origens internas e externas. Internamente, nosso principal desafio no campo macroeconômico é a situação fiscal que, diferentemente do que ocorreu na transição política de 2002 (quando a grande dificuldade se encontrava no setor externo, com grande desvalorização cambial num contexto de alto déficit em transações correntes e reduzido volume de reservas cambiais), dificilmente será resolvida apenas com uma ampliação do esforço fiscal do governo. O déficit primário permanece alto e a dívida pública se encontra em patamares elevados quando comparados aos de outros países emergentes. Com isso, o mercado financeiro vê dificuldades na estabilização de indicadores fiscais nos próximos anos, a exemplo da Dívida Líquida do Setor Público como percentual do PIB que, segundo as projeções mais recentes do Focus, deve aumentar de 53,3% para 57,0% entre 2018 e 2019.

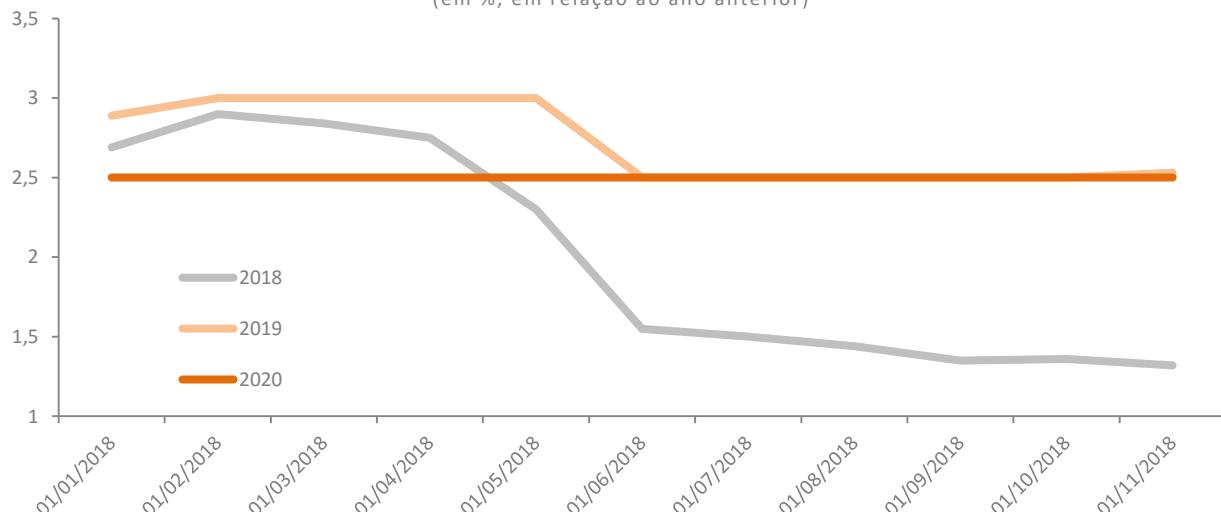
No exterior, o cenário não se desenha fácil para os países emergentes. A normalização da política monetária nas economias centrais, as sérias questões políticas e econômicas da União Europeia – principalmente quanto à complexa saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit* – e a possibilidade de recrudescimento na guerra comercial entre EUA e China – apesar da trégua momentânea negociada ao fim da reunião do G20, em Buenos Aires – podem trazer inúmeros problemas a

países como o Brasil.

A divulgação do IPCA de outubro, abaixo do esperado, além de um resultado novamente baixo em novembro, como sinalizado pelo IPCA-15, por conta, principalmente, das reduções no preço da gasolina realizadas pela Petrobras e da mudança na bandeira tarifária das contas de energia elétrica, fez as projeções para a inflação medida por esse indicador caírem significativamente nas últimas semanas. Alguns economistas projetam até deflação para o mês de novembro.

A calmaria nas projeções de mercado para a inflação oficial é auspíciosa para a autoridade monetária: com a ancoragem das expectativas nos últimos meses ao redor, e até abaixo, das metas de inflação estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e o bom comportamento dos núcleos, a autoridade monetária pôde manter a taxa Selic em 6,50% em sua última reunião e, segundo os analistas consultados pelo Banco Central, deve mais uma vez mantê-la nesse patamar após a última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) de 2018, marcada para os dias 11 e 12 de dezembro. Para o ano que vem, os analistas projetam aumento dos juros básicos para 7,75%, ainda que haja importantes agentes no mercado financeiro projetando aumentos menores para a Selic ao longo do ano que vem.

PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB EM 2018, 2019 E 2020
(em %, em relação ao ano anterior)



Mercado Segurador

Análise de Desempenho

Divulgados os dados de setembro, o setor de seguros regulado pela Susep arrecadou R\$ 18,7 bilhões em prêmios diretos de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, o que representa uma queda de 6,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, a queda da arrecadação é de 0,9%, em termos nominais. Entretanto, para uma comparação mais adequada, convém excluir do cálculo os números o seguro DPVAT¹: feito tal ajuste, a queda na arrecadação é de 0,2%. Se for descontada ainda a inflação média no período, a queda real na arrecadação do mercado sem DPVAT é de 3,6%.

O mercado segurador, apesar da resiliência demonstrada em diversos momentos, também sente os efeitos da (até agora) fraca retomada do crescimento econômico e do adiamento das decisões de consumo e investimento de famílias e empresas que marcou a economia no período. Porém, fica cada vez mais clara a maneira heterogênea com que o setor vem respondendo ao ciclo econômico: enquanto grupos como os planos de risco em Coberturas de Pessoas (crescimento de 9,5%) e de Danos e Responsabilidades (avanço de 8,7%, sem DPVAT) apresentam bons resultados no ano até setembro, os planos de acumulação em Cobertura de Pessoas têm sido afetados pelo desempenho fraco da Família PGBL (-2,2%) e, principalmente, da Família VGBL (-9,4%), sempre em relação ao mesmo período do ano passado.

No segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades (Ramos Elementares), destacam-se o grupo de Transportes (15,1%), Rural (também com 15,1%) e Patrimonial Massificados (14,4%), todos apresentando taxas de crescimento de dois dígitos no acumulado do ano e com tendência ascendente desde o ano passado. O desempenho do grupo Transportes tem sido influenciado pela implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), que prevê a indicação da Averbação do Embarque, garantindo que este conte com o amparo da cobertura de seguro. No caso do seguro rural, há indicações de que a área plantada no país no ciclo de safra 2017/18 tem superado projeções anteriores.

Crédito e Garantia (9,8%), Garantia Estendida (9,3%) e Responsabilidade Civil (9,5%) também merecem destaque, com bons desempenhos no acumulado do ano. Destoa, no entanto, o desempenho do grupo Grandes Riscos Patrimoniais, com queda acumulada de arrecadação de 6,0% até setembro. Trata-se de um tipo de seguro de arrecadação volátil, ligado ao investimento em infraestrutura, que deve se beneficiar de uma retomada mais consistente do crescimento econômico e da execução de projetos de investimento.

O seguro Automóvel que, por ser a maior carteira do segmento, tem grande influência em seu desempenho agregado, teve um mês mais fraco em setembro, com variação de apenas 0,6% na arrecadação em relação ao mesmo mês do ano passado.

¹ Segundo a Resolução CNSP nº351/2017, o seguro DPVAT teve redução de 35% para o exercício de 2018 em todas as categorias (com exceção à categoria "motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares").

No ano, a arrecadação do produto soma R\$ 26,7 bilhões, um crescimento de 6,6% sobre igual período de 2017, reflexo do desempenho favorável das vendas de veículos este ano, que têm crescido acima do comércio como um todo. Enquanto a PMC (Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE) indica crescimento de 2,3% das vendas do varejo até setembro, na mesma pesquisa, o grupo de veículos, motos, partes e peças apresenta crescimento de 15,7%.

A Capitalização, segmento que vinha apresentando resultados favoráveis a despeito do desaquecimento da economia, teve desempenho mais fraco nos últimos meses. O faturamento no mês de setembro foi R\$ 1,6 bilhão, apresentando queda de 7,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Entretanto, arrecadação acumulada até o terceiro trimestre de 2018 (R\$ 15,6 bilhões) é ainda 2,6% maior que no mesmo período do ano passado. Desempenho relativamente positivo, principalmente quando comparado ao de produtos ofertados em canais de venda (majoritariamente) similares. No mesmo período, os resgates de clientes de títulos de capitalização chegou a R\$ 13,7 bilhões, um recuo de 5,3% em relação aos nove primeiros meses de 2017, o que indica um aumento da captação líquida do segmento.

Tais resultados indicam que pode estar em curso uma mudança de comportamento do consumidor na direção de adiar planos de consumo e manter recursos como reserva. Essa posição mais cautelosa pode ser explicada pelo cenário econômico que permanece desafiador para as famílias, com ritmo lento de crescimento da renda real, desemprego ainda em níveis altos e expansão ainda muito tímida do mercado formal de trabalho.

O segmento de Coberturas de Pessoas, formado pelos grandes grupos dos planos de risco e de acumulação, é um retrato claro dos resultados desiguais do setor nos três primeiros trimestres. Os planos de risco tiveram crescimento de 9,5% no acumulado do ano, graças tanto

ao aumento do ramo prestamista, com expressivos 21,3%, quanto ao seguro de vida tradicional (8,5%). Por outro lado, verificou-se significativa redução da arrecadação dos planos de acumulação, na esteira da volatilidade de ativos e busca pela melhor rentabilidade enquanto os fundamentos econômicos permanecem incertos. No conjunto, PGBL e VGBL amargaram queda de 8,8% até setembro, quando comparados ao mesmo período de 2017.

Também neste último mês, a ANS divulgou dados do desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de Saúde Suplementar no segundo trimestre deste ano, que, após registrarem as menores taxas de expansão dos últimos cinco anos no primeiro trimestre do ano, tanto das receitas de contraprestações quanto das despesas assistenciais, voltaram a se expandir com maior vigor. De janeiro a junho, as contraprestações líquidas somaram R\$ 96,9 bilhões, o que representa crescimento de 10,3% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto a despesa assistencial somou R\$ 79,2 bilhões, com crescimento de 9,1% pela mesma métrica. Não obstante o ritmo de crescimento das receitas ter sido superior ao das despesas no período analisado, mantém-se as preocupantes tendências de crescimento mais acelerado das despesas assistenciais no longo prazo.

O número de beneficiários de planos de saúde, segundo dados da Sala de Situação da ANS, era de 71,4 milhões em setembro deste ano, número 2,7% maior que no mesmo mês do ano passado. Esse resultado reflete variações de 0,2% no número de beneficiários de planos de assistência médica e de 7,9% dos planos exclusivamente odontológicos.

Destaques dos Segmentos

Danos e Responsabilidades

Invasão de sistemas e ataques virtuais estimulam seguros contra riscos cibernéticos

O seguro contra riscos cibernéticos representa um mercado em expansão no mundo todo. E não sem motivo. Os ataques de *hackers* desconhecem fronteiras e têm sido cada vez mais frequentes, ameaçando a segurança de empresas de todos os segmentos, de bancos a órgãos públicos. O Relatório “Norton Cyber Security Insights”, que elabora uma análise global do crime online, colocou o Brasil em segundo lugar no ranking de países com mais casos relacionados a roubo de senhas e rompimento de sistemas. Segundo o estudo, 62 milhões de brasileiros foram vítimas de crimes cibernéticos em 2017. É o equivalente a 52% da população online ativa¹, vítimas de desfalques da ordem de R\$ 70 bilhões.

Especialistas calculam que os ataques de *hackers* causarão prejuízos de US\$ 2 trilhões no mundo todo em 2020. Com isso, o crescimento do mercado de seguros para riscos cibernéticos é exponencial. Somente no ano passado, o segmento gerou US\$ 4 bilhões em prêmios nos Estados Unidos. O volume cresceu quatro vezes em apenas dois anos e deve chegar a US\$ 10 bilhões em 2020.

No Brasil, o mercado ainda é incipiente e somente em novembro de 2018 a Susep criou um ramo separado para riscos cibernéticos, dentro do grupo de responsabilidades. Entretanto, a percepção de risco tem elevado a procura das empresas por esse tipo de apólice. Esse mercado pode movimentar R\$ 100 milhões em prêmios nos próximos cinco anos. A previsão tem como base a preocupação crescente das empresas com a segurança de dados. Uma série de incidentes nos últimos

12 meses abriu os olhos de executivos para o risco cibernético. O primeiro foi o ataque global do vírus WannaCry, em maio do ano passado, que infectou mais de 230 mil sistemas – até mesmo no Brasil – e chegou a paralisar linhas de produção de indústrias como a Renault, na França.

Também no ano passado, um *ransomware* conhecido como Petya afetou sistemas de informática em toda a Europa, causando problemas principalmente na Ucrânia, Rússia, Reino Unido, Espanha e França. Esse vírus “sequestra” o sistema de dados da vítima e permite que se cobre um valor em dinheiro pelo resgate, geralmente em moedas virtuais.

Sob todos esses aspectos, o seguro contra crimes cibernéticos tem espaço para crescer no Brasil. Além de cobrir Responsabilidade Civil, ou seja, custos de defesa e eventuais condenações, a apólice também cobre despesas que o segurado venha a ter em decorrência de um ataque: peritos forenses, pagamento de resgate (*ransomware*), gerenciamento de crise, custo com notificação, lucros cessantes do segurado, despesas emergenciais e monitoramento de dados de clientes. O custo do seguro vai variar de uma empresa para a outra, quanto maior o sistema de proteção de dados, menor será a taxa e as franquias aplicadas.

No Brasil, já existem seguradoras que oferecem apólices para riscos cibernéticos, de acordo com o perfil dos clientes. Em um universo interconectado e dependente de computadores e sistemas para se comunicar e realizar múltiplas tarefas, as companhias de seguros esperam absorver um volume crescente de riscos digitais. O seguro de lucro cessante, que tem como objetivo reduzir os prejuízos de empresas que sofreram ataques ou paralisação de atividades nos negócios motivados por ataques, é um exemplo de cobertura disponível no mercado.

¹ Estimada, para o ano de 2017, em 120 milhões pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

As apólices buscam proteger o patrimônio da empresa e de seus acionistas e gestores, quando vítimas da ação de *hackers*, que podem ser de fora ou de dentro das próprias organizações. O seguro proporciona também cobertura de restituição da imagem corporativa para conter potenciais danos à imagem da empresa. Adicionalmente, caso algum terceiro (normalmente um cliente) inicie uma reclamação alegando dano ou perda financeira em decorrência da violação de seus dados, a apólice ampara tanto os custos de defesa (honorários advocatícios e demais custas judiciais) como também ampara os prejuízos financeiros.

A legislação brasileira tem papel preponderante nesse cenário. Em 2012 foi sancionada a Lei 12.737, que altera o Código Penal brasileiro e tipifica os crimes cibernéticos. A lei pune quem invadir computadores, tablets, notebooks e celulares, criar programas de violação de dados ou divulgar informações obtidas de forma ilícita. As penas incluem multa e um período de seis meses a dois anos de reclusão.

Este ano, foi aprovada pelo presidente Michel Temer a Lei 13.709, que regulamenta o uso, a proteção e a

transferência de dados pessoais no Brasil. A lei ,que estava sendo debatida há oito anos no Congresso, foi sancionada em 14 de agosto de 2018 e entra em vigor em fevereiro de 2020. A Lei garante maior controle dos cidadãos sobre suas informações pessoais: exige consentimento explícito para coleta e uso dos dados, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, e obriga a oferta de opções para o usuário visualizar, corrigir e excluir esses dados.

Outro ponto bastante relevante e que impactará o seguro de riscos cibernéticos é a obrigação de as empresas notificarem os usuários finais em caso de vazamento de dados. Além dos custos para a notificação, as empresas podem ser responsabilizadas pelo vazamento de dados em processos civis ou administrativos, além da aplicação de multas que poderão variar entre 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil, limitada a R\$ 50 milhões por infração.

Destaques dos Segmentos

Capitalização

O novo marco regulatório e campanha de comunicação institucional são destaques no terceiro trimestre do ano

O terceiro trimestre de 2018 foi especialmente movimentado para a Capitalização. Um dos destaques do período foi a edição da Circular Susep 567/18, de agosto, em complemento à Circular Susep 569/18, publicada em maio, que instituiu o novo marco regulatório do setor, após quase dois anos de discussões no âmbito de Comissão Especial criada pela autarquia a fim de atuar de maneira colaborativa com o mercado.

O normativo incluiu duas novas modalidades de produtos – Instrumento de Garantia e Filantropia Premiável – trazendo mais segurança jurídica para as empresas, uma vez que essas soluções já existiam, mas não tinham regulamentação própria, sendo operacionalizadas e comercializadas dentro das modalidades Tradicional e Popular, respectivamente.

Embora a novidade tenha sido bem recebida, houve consenso entre as empresas associadas à FenaCap de que era necessária a elaboração de um documento específico, com orientações para o mercado, além da retificação de alguns pontos da regulamentação complementar, visto que o texto final surpreendeu pela sua abrangência e por abordar aspectos que não haviam sido objeto de discussão no âmbito da Comissão Especial.

No terceiro trimestre, o mercado experimentou um crescimento de receita, confirmando tendência já verificada no trimestre anterior. Até setembro, o faturamento global alcançou R\$15,6 bilhões, crescimento de 2,6% em relação a igual período do ano anterior. O volume das reservas avançou 2,2% atingindo os R\$29,3 bilhões. Houve também redução 5,5% nos valores de

resgates, que ficaram em R\$12,9 bilhões, indicando que os consumidores estão mais cautelosos e adiando planos de consumo. Esses resultados trouxeram otimismo ao mercado, ainda que o cenário econômico permaneça desafiador.

Para completar o ciclo positivo, no terceiro trimestre a FenaCap reforçou sua primeira campanha institucional com ênfase no consumidor final, lançada em julho. Com base em uma estratégia totalmente digital, a campanha permaneceu nas redes sociais e portais noticiosos de elevada audiência até novembro. A iniciativa é parte dos esforços de educação financeira desenvolvidos pela entidade no âmbito do Programa de Educação em Seguros e busca estimular o consumo consciente e o hábito de guardar dinheiro.

O desenvolvimento da campanha incluiu a criação de uma mascote – um cachorrinho charmoso que ajuda seus donos a resistir aos impulsos de atender aos apelos do consumo e a guardar dinheiro para depois gastar – que está presente em todas as peças: banners, vídeos, e-mail marketing, social ads (anúncios) e publieditoriais.

Com o mote “Você é o melhor amigo do seu dinheiro”, a estratégia da FenaCap, elaborada em parceria com a agência Binder, busca o conhecimento de marca, o alcance e o engajamento dos usuários. As peças abordam todas as modalidades da Capitalização de maneira didática e lúdica e permanecerão no ar nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília e Porto Alegre.

O objetivo de estabelecer um relacionamento cada vez mais transparente com os consumidores, ampliando o diálogo com a sociedade, tem impulsionado fortemente as ações de comunicação da Federação, tanto na mídia digital quanto na mídia tradicional.

Os esforços têm surtido resultado: a fanpage da FenaCap no Facebook registra mais de 22 mil seguidores e tem alcançado uma média de 1 milhão de pessoas por mês nas postagens regulares e vem atingindo cerca de 5 milhões de pessoas com a sua campanha institucional, desenvolvida em paralelo. A estratégia de conteúdo inclui postagens de vídeos, o que amplia ainda mais o alcance das mensagens.

Conteúdos exclusivos produzidos pela Federação para a rádio CNseg têm sido reproduzidos com sucesso por emissoras de rádios parceiras, como a Rádio WEB e a BandNews FM. Em média, os boletins produzidos pela Federação têm sido veiculados por 300 emissoras, de cerca de 290 municípios. A produção/veiculação de boletins e entrevistas (Minuto da Capitalização) é semanal, sempre às segundas- feiras.

Na mídia tradicional, estudo realizado pela CNseg em parceria com a CDN (IQEM), mostra que a ocupação de espaços editoriais pela FenaCap tem sido positiva, ainda que neste ano, na expectativa do novo marco regulatório, o mercado tenha reduzido sua exposição. O foco do noticiário no período, incluindo o setor de seguros, ficou concentrado na disputa eleitoral, com grande visibilidade das propostas apresentadas pela CNseg e Federações aos

presidenciáveis. Embora tenha apresentado pequena redução, de 0,25%, em razão desse contexto, em setembro o índice de qualidade de exposição da FenaCap em mídia permaneceu na categoria “excelente”, com nenhuma visibilidade negativa e ocupação de espaços editoriais positivos equivalentes a inserções publicitárias de R\$3,3 milhões.

Destaques dos Segmentos

Saúde Suplementar

Proposta de novo modelo de reajuste de planos individuais

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) reabriu a câmara técnica que trata da metodologia de reajuste dos planos individuais, realizando inclusive audiência pública sobre o tema com a participação dos diversos integrantes do setor regulado, academia e entidades de defesa dos consumidores. Os reajustes autorizados pela Agência se aplicam aos planos individuais novos¹. Nos planos coletivos empresariais, o reajuste é negociado entre os contratantes e as operadoras, assim como nos coletivos por adesão (aqueles que são contratados por meio de vínculo empregatício, estatuário, classista, setorial ou profissional). A expectativa da ANS é de que a metodologia já seja utilizada em 2019.

No modelo atual, o reajuste dos planos individuais se dá a partir do cálculo da média dos reajustes aplicados nos contratos coletivos empresariais com mais de 30 vidas. A nova metodologia proposta separa a variação das despesas das operadoras em assistenciais e não assistenciais. As despesas assistenciais são deduzidas de mudanças no perfil etário de beneficiários, pois a frequência de utilização do plano aumenta com a idade. Já o reajuste das despesas não assistenciais é feito pela inflação. O novo modelo busca, também, introduzir estímulos ao aumento da eficiência das operadoras.

$$\text{novo reajuste} = 80\% * \left[\left(\frac{1+VDA}{1+VFE} - 1 \right) - FGE \right] + \\ 20\% * IPCA_{exp}$$

A proporção entre despesas assistenciais e não assistenciais foi definida na sinistralidade dos planos individuais, ou seja, na razão das despesas assistenciais sobre o prêmio. Dessa forma, 80% do reajuste refere-se às despesas assistenciais e 20% às não assistenciais.

No relativo às despesas assistenciais, o VDA mensura a variação das despesas assistenciais médico-hospitalares no período. Como já explicado, a dedução da variação na receita por reajuste de faixa etária (VFE) é realizada para descontar o acréscimo natural de receitas oriundo da mudança de faixas etárias. O fator de estímulo a ganhos de eficiência (FGE) é calculado a partir da média ponderada das operadoras que apresentaram os maiores resultados de VDA. Ao reduzir o VDA, o FGE penaliza as operadoras com elevada variação de despesa em relação à variação média do mercado.

Como medida da variação das despesas não assistenciais, em sua maioria administrativas e comerciais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É excluído o subgrupo de Serviços de Saúde do IPCA/IBGE, reponderando os demais itens do índice após a sua exclusão.

Considerações da FenaSaúde

Reconhecidos os avanços no debate e na metodologia visando ao aprimoramento, a transparência e a previsibilidade, a FenaSaúde traz algumas considerações.

VDA

Ainda falta detalhamento no tratamento estatístico da base de dados que permita a replicação do cálculo, apesar do aumento da transparência nos últimos anos.

É fundamental considerar o valor dos expostos – e não do total de beneficiários – porque essa é a melhor prática do ponto de vista técnico. Do

¹ Contratados posteriormente ao dia 02 de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei 9.656/98.

mesmo modo, é importante que sejam expurgados efeitos de composição decorrente de características dos produtos tais como a variação de padrão (*mix de produtos*) e se há ou não coparticipação. Tais efeitos influenciam a variação da despesa assistencial de maneira significativa.

FGE

A principal questão é se esse fator consegue medir ganhos de eficiência. Não há clareza nos efeitos do FGE, inclusive por ausência de referências nacionais ou internacionais. Alguns exemplos são os efeitos que o porte das operadoras, características dos produtos e da rede, mudanças no perfil das carteiras, ocorrência de eventos epidemiológicos e condições macroeconômicas podem ter na determinação do FGE.

Enquanto não houver conhecimento na literatura sobre esses efeitos, a FenaSaúde sugere que a introdução desse fator no modelo de reajuste seja parcimoniosa, escalonada e limitada.

IPCA

A variação das despesas não assistenciais é influenciada pela variação total de preços da economia. Contratos são negociados com o IPCA/IBGE cheio, logo, o IPCA expurgado não recuperaria a variação das despesas não assistenciais enfrentada pelas operadoras. Portanto, a FenaSaúde sugere que seja utilizado o IPCA/IBGE cheio para o reajuste da parcela relacionada às despesas não assistenciais das operadoras, em detrimento da exclusão de seu subgrupo de Serviços de Saúde.

Como última consideração, cabe a insistência na necessária revisão técnica². Além da previsão legal, esse mecanismo é fundamental para que os contratos individuais mantenham seu equilíbrio econômico-financeiro.

Portanto, apesar dos avanços, a FenaSaúde alerta para a necessidade de uma mudança gradual, que envolva maior tempo de maturação e entendimento dos efeitos sobre o setor de Saúde Suplementar. A metodologia, embora tenha avançado, precisa ser detalhada e testada para que os objetivos desejados sejam atingidos.

² Correção de desequilíbrios nos planos de assistência a saúde, mediante reposicionamento dos valores das contraprestações pecuniárias, mantidas as condições gerais do contrato, conforme consta na RN 19/ANS de 2002.

Projeção da Arrecadação

Cenários Macroeconômicos

Com base nas projeções de mercado compiladas pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil e de modelos estatísticos univariados estimados com dados disponíveis até a data de corte¹, a Superintendência de Estudos e Projetos da CNseg, com auxílio dos economistas Lauro Faria, da Escola Nacional de Seguros, e Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, elaboraram trimestralmente os

cenários macroeconômicos para as variáveis exógenas que são base dos modelos de projeção de arrecadação dos mais diversos ramos e agrupamentos de ramos da atividade seguradora.

O resultado da análise dessas variáveis, de suas interrelações e da coerência interna de cada cenário pode ser visto na tabela² abaixo, que contém os cenários elaborados para as principais variáveis macroeconômicas utilizadas no exercício das projeções.

	Valores propostos - Cenários			
	2018		2019	
	Cenário Pessimista	Cenário Otimista	Cenário Pessimista	Cenário Otimista
PIB real (variação)	1,29%	1,51%	2,14%	2,98%
PIB indústria real (variação)	1,51%	1,69%	1,98%	3,20%
SELIC	6,50%	6,50%	8,00%	6,50%
IGP-M (variação)	9,61%	9,20%	5,00%	4,00%
IPCA (variação)	4,60%	4,20%	4,87%	3,90%
Produção industrial (variação)	2,16%	2,44%	2,61%	4,22%
Câmbio (R\$/US\$)	3,80	3,69	4,00	3,40

Fonte: Intervalos elaborados com base no Relatório Focus do Banco Central de 09/11/2018.

Desde a última rodada das projeções, o cenário apresentou mudanças significativas, sendo as mais importantes delas: 1) uma revisão para baixo na projeção de crescimento da economia, resultado de crescimento do PIB abaixo do esperado no primeiro e no segundo trimestre do ano; 2) projeção de inflação um pouco mais

baixa; e 3) diminuição sensível, ainda que não completa, da incerteza associada ao cenário político, com reflexos principalmente sobre o cenário para a taxa de câmbio. Ressalta-se que a criação de cenários internamente coerentes envolve, muitas vezes, mudanças não lineares e assimétricas entre cenários otimista e pessimista.

¹ 09/11/2018

² O conjunto de variáveis exógenas utilizadas nos diversos modelos de projeção de arrecadação é muito mais amplo do que o reproduzido aqui, contando atualmente com cerca de 50 séries temporais, todas oriundas de bases de dados públicas.

Apesar de a maioria dos indicadores macroeconômicos terem exibido clara recuperação após o baque da greve dos caminheiros, as divulgações que se seguiram ao longo do restante do segundo e do terceiro trimestres mostraram que o ritmo dessa recuperação é mais lento do que verificado anteriormente (que, por sua vez, já era mais fraco do que se esperava no final do ano passado), com efeitos permanentes sobre a confiança de consumidores e empresários, especialmente destes últimos.

O fim da incerteza eleitoral, com o resultado do segundo turno das eleições em 28 de outubro, fez o mercado financeiro abandonar cenários mais pessimistas, em que a taxa de câmbio, por exemplo, poderia chegar às proximidades de R\$/US\$ 5,00 e o crescimento em 2019 poderia ser inferior ao já fraco crescimento deste ano.

O fim da incerteza associada ao cenário eleitoral fez o mercado abandonar cenários mais pessimistas. Entretanto, o cenário otimista não evoluiu na mesma proporção

Entretanto, o cenário otimista não evoluiu na mesma proporção. Isso ocorre não apenas porque os dados atuais indicam que a economia brasileira se encontra mais desaquecida do que se esperava, mas também porque continuam a ser grandes os desafios a serem enfrentados pelo novo governo, principalmente na área fiscal.

Além disso, há uma percepção cada vez mais disseminada de que o cenário externo será ainda menos favorável do que se esperava para economias emergentes, como a brasileira. Assim, apesar de um maior otimismo, há também no mercado financeiro um “compasso de

espera”, que se altera a cada sinalização positiva ou negativa emitida.

Com isso, houve uma nova redução na projeção de crescimento da economia, medido pela variação do PIB, tanto para o ano corrente quanto para próximo, mas essa mudança não foi simétrica.

Os cenários para a taxa de câmbio foram um dos que mais se alteraram com a definição do cenário eleitoral. Assim, seus determinantes fundamentais clássicos (como os termos de troca do comércio internacional e o diferencial de juros) dominam o processo de formulação de cenários para essa variável nessa rodada de projeções, o que explica a expectativa de taxas mais desvalorizadas no ano que vem.

A ainda fraca demanda doméstica, retratada em dados como as vendas de varejo e nas sondagens e pesquisas do mercado de trabalho, fez com que a expectativa de inflação medida pelo IPCA continuasse a se reduzir. Os núcleos da inflação oficial permanecem bem comportados e as expectativas de inflação estão ancoradas. Além disso, há perspectiva de redução dos custos da energia elétrica e dos combustíveis nos próximos meses. Já as projeções para a inflação medida pelo IGP-M, fortemente influenciadas pela desvalorização da taxa de câmbio ocorrida ao longo deste ano, apresentaram comportamento oposto, subindo em relação à última rodada.

Os cenários para a taxa básica de juros também foram profundamente influenciados pelo calendário eleitoral na última rodada de projeções, e o resultado das eleições explica as mudanças ocorridas desde então. Em relação à última rodada de projeções, de maneira geral, espera-se um nível mais baixo para a Selic, em linha com as sinalizações da autoridade monetária e com o cenário inflacionário benigno. Em um cenário otimista, com influência menos negativa do ambiente externo, é possível até que os juros subam menos do que o indicado pela mediana do mercado, ou até mesmo permaneçam no patamar atual.

Resultados da Projeção

A tabela abaixo exibe os resultados da projeção com dados até o 2º trimestre de 2018 para a ANS e setembro de 2018 para a Susep. É possível ainda comparar esses resultados com os da última rodada de projeções na tabela seguinte.

	Arrecadação 2017 (em bilhões R\$)	Projeção Atual			
		(2018/2017)		(2019/2018)	
		Cenário Pessimista	Cenário Otimista	Cenário Pessimista	Cenário Otimista
RAMOS ELEMENTARES	64,89	8,3%	9,3%	6,6%	8,1%
Automóveis	33,86	6,1%	6,8%	8,3%	8,9%
Patrimonial	10,88	8,7%	10,8%	4,7%	5,8%
Massificados	7,91	14,1%	16,5%	4,7%	5,8%
Grandes Riscos	2,73	-6,9%	-6,0%	6,3%	7,2%
Riscos de Engenharia	0,25	8,0%	12,0%	-11,4%	-7,1%
Habitacional	3,78	7,5%	8,1%	8,7%	10,1%
Transportes	2,71	14,6%	15,3%	5,1%	8,6%
Embarcador Nacional	0,84	8,2%	9,1%	4,2%	9,0%
Embarcador Internacional	0,42	17,8%	18,4%	5,0%	7,8%
Transportador	1,45	17,4%	17,9%	5,6%	8,6%
Crédito e Garantia	3,81	9,4%	9,5%	1,0%	2,1%
Garantia Estendida	2,73	9,4%	11,3%	7,4%	15,7%
Responsabilidade Civil	1,61	8,2%	8,3%	7,7%	8,3%
Rural	4,12	13,7%	15,9%	5,4%	9,1%
Marítimos e Aeronáuticos	0,71	-0,9%	0,2%	-2,1%	2,6%
Outros	0,67	54,7%	56,5%	-7,1%	-2,6%
COBERTURAS DE PESSOAS	155,64	-6,3%	-6,2%	4,2%	5,5%
Planos de Risco	37,92	8,0%	8,5%	6,1%	8,4%
Seguro Coletivo	26,44	9,1%	9,5%	7,5%	9,2%
Seguro Individual	8,09	7,0%	7,8%	1,2%	5,7%
Planos Tradicionais	3,40	2,1%	2,2%	6,6%	8,8%
Planos de Acumulação	117,72	-10,9%	-10,9%	3,4%	4,4%
Família VGBL	106,65	-11,8%	-11,8%	3,8%	4,6%
Família PGBL	10,20	-2,4%	-2,1%	0,1%	2,6%
Planos Tradicionais	0,87	-4,3%	-3,9%	-2,7%	0,6%
CAPITALIZAÇÃO	20,75	2,8%	4,7%	-0,5%	8,6%
SAÚDE	181,72	8,7%	10,7%	8,6%	10,6%
MERCADO (s/ DPVAT)	423,01	2,8%	4,0%	6,3%	8,4%
DPVAT	5,94	-21,3%	-20,9%	---	---
MERCADO	428,95	2,5%	3,6%	---	---

Nota: DIOPS (ANS) - Dados até: 2º trimestre de 2018

SES (SUSEP) - Dados até: setembro de 2018

Utiliza-se como arrecadação de saúde a conta 311 - Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos.

Por questões metodológicas de tratamentos à base de dados bruta, os dados oriundos da ANS podem estar aqui apresentados de forma diferente e sem considerar ajustes pontuais praticados pela FenaSaúde.

Atualizado em Novembro de 2018.

Os valores de Coberturas de Pessoas e Capitalização para 2019 poderão sofrer alterações pelas Federações.

Não há projeção para a arrecadação do seguro DPVAT em 2019, pois a mesma depende essencialmente das tarifas que estarão vigentes.

Projeção da Arrecadação do Setor Segurador - variação nominal

	Arrecadação 2017 (em bilhões R\$)	Projeção Anterior			
		(2018/2017)	Cenário Pessimista	Cenário Otimista	Cenário Pessimista
RAMOS ELEMENTARES	64,89	6,2%	7,8%	6,2%	10,3%
Automóveis	33,86	5,6%	7,1%	6,8%	10,1%
Patrimonial	10,88	5,4%	6,5%	5,6%	7,0%
Massificados	7,91	10,3%	10,9%	7,1%	7,8%
Grandes Riscos	2,73	-8,6%	-6,6%	1,4%	4,4%
Riscos de Engenharia	0,25	4,9%	8,0%	-1,8%	7,6%
Habitacional	3,78	7,4%	8,1%	7,8%	9,5%
Transportes	2,71	12,2%	13,4%	4,8%	8,4%
Embarcador Nacional	0,84	7,0%	8,7%	0,0%	6,2%
Embarcador Internacional	0,42	19,9%	23,1%	6,9%	13,8%
Transportador	1,45	13,0%	13,4%	6,8%	7,9%
Crédito e Garantia	3,81	6,2%	11,1%	10,8%	21,1%
Garantia Estendida	2,73	6,8%	10,4%	-1,8%	11,1%
Responsabilidade Civil	1,61	4,7%	5,0%	6,8%	7,7%
Rural	4,12	7,5%	8,6%	7,3%	14,1%
Marítimos e Aeronáuticos	0,71	0,0%	3,3%	-4,4%	4,7%
Outros	0,67	19,5%	23,5%	-2,4%	6,9%
COBERTURAS DE PESSOAS	155,64	-3,1%	-0,8%	5,1%	8,4%
Planos de Risco	37,92	6,2%	7,4%	4,4%	8,3%
Seguro Coletivo	26,44	7,7%	8,3%	5,0%	8,5%
Seguro Individual	8,09	5,9%	8,2%	3,6%	7,2%
Planos Tradicionais	3,40	-4,5%	-1,7%	2,3%	9,0%
Planos de Acumulação	117,72	-6,0%	-3,4%	5,3%	8,4%
Família VGBL	106,65	-6,6%	-3,8%	5,4%	8,3%
Família PGBL	10,20	0,2%	0,9%	5,0%	10,0%
Planos Tradicionais	0,87	-4,8%	-2,1%	-4,1%	2,2%
CAPITALIZAÇÃO	20,75	4,6%	6,0%	-0,5%	8,6%
SAÚDE	181,72	8,3%	10,3%	7,0%	9,0%
MERCADO (s/ DPVAT)	423,01	3,6%	5,6%	5,8%	9,0%
DPVAT	5,94	-23,2%	-22,4%	---	---
MERCADO	428,95	3,3%	5,2%	---	---

Nota: DIOPS (ANS) - Dados até: 2º trimestre de 2018

SES (SUSEP) - Dados até: setembro de 2018

Utiliza-se como arrecadação de saúde a conta 311 - Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos.

Por questões metodológicas de tratamentos à base de dados bruta, os dados oriundos da ANS podem estar aqui apresentados de forma diferente e sem considerar ajustes pontuais praticados pela FenaSaúde.

Atualizado em Agosto de 2018.

Os valores de Coberturas de Pessoas e Capitalização para 2019 poderão sofrer alterações pelas Federações.

Não há projeção para a arrecadação do seguro DPVAT em 2019, pois a mesma depende essencialmente das tarifas que estarão vigentes.

Os resultados obtidos mostram que, acompanhando a deterioração das expectativas para o crescimento da economia em 2018, houve redução nas projeções de arrecadação para o mercado como um todo este ano, além do estreitamento dos intervalos, o que é esperado conforme os horizontes projetados se encurtam. Entretanto, a redução geral não reflete a heterogeneidade da resposta do setor segurador ao ciclo econômico: enquanto os segmentos de Ramos Elementares (Danos e Responsabilidades) e Saúde Suplementar tiveram sua projeção de crescimento para este ano ampliada em relação à última rodada, realizada em agosto, as projeções de crescimento para a Capitalização se reduziram, e a queda esperada para o segmento de Coberturas de Pessoas, altamente influenciada pelo desempenho ainda mais desfavorável dos Planos de Acumulação, ampliou-se.

Para 2018, houve significativo aumento na expectativa de crescimento de arrecadação dos Ramos Elementares em relação à última rodada, que, por sua vez, já eram favoráveis. Assim, permanece a projeção de crescimento claramente acima da expectativa da inflação. Esse crescimento encontra-se bem distribuído entre os produtos, com expectativa de queda este ano apenas para os Grandes Riscos do grupo Patrimoniais, o DPVAT e, em menor grau, para o grupo de seguros Marítimos e Aeronáuticos. Para os Grandes Riscos, a projeção de queda é justificada pela observância da Circular Susep 565/17, que prevê a migração dos produtos risco nomeado e risco operacional para o grupo 18 (Empresarial). No caso do DPVAT, é essencial lembrar que sua tarifa foi reduzida em 35% por determinação do CNSP.

Ampliou-se também a expectativa do grupo Transportes, que deve crescer acima de dois dígitos este ano devido à implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), que prevê a indicação da averbação do embarque, garantindo que o mesmo conta com a cobertura de seguro. Vale também destacar a revisão da projeção de arrecadação do Seguro Rural, que tem tido desempenho acima do esperado este ano, acredita-se, por conta de revisões altistas nas safras esperadas.

Em Cobertura de Pessoas, mantém-se a projeção de um bom desempenho para os Planos de Risco este ano, com aumento do crescimento projetado. Para os Planos de Acumulação, espera-se uma queda ainda maior que na última rodada de projeções, devido à manutenção dos juros básicos em patamares historicamente baixos e ao desempenho ainda desfavorável do mercado de trabalho, com recuperação apenas discreta do emprego e da renda das famílias.

As mudanças na projeção de arrecadação da Saúde Suplementar foram sutis em relação à última rodada. Resultado da aplicação de uma expectativa de sinistralidade sobre uma projeção de despesas assistenciais, esse resultado tem sido influenciado pelo nível de inflação mais baixo e, principalmente, pelo cenário mais pessimista para o mercado de trabalho, já que o desempenho do setor – particularmente o número de beneficiários – está claramente associado à dinâmica da renda e do emprego, que vem apresentando resultados abaixo do esperado, especialmente no que se refere à geração de empregos formais.

Resultados abaixo do esperado para o segmento de Capitalização ao longo do ano reduziram significativamente as projeções de crescimento da arrecadação em 2018.

Em relação a 2019, para o setor como um todo, espera-se crescimento mais alto no cenário pessimista, porém mais baixo no otimista quando se compara com os resultados da última rodada de projeção. Com isso, a amplitude dos intervalos se encontra menor que no resultado apresentado em agosto, refletindo a redução nas incertezas da política e da economia do país. É exatamente o que ocorreu com a projeção para o segmento de Danos e Responsabilidades. A Saúde Suplementar teve sua projeção de arrecadação em ambos os cenários ampliada, tendo o oposto ocorrido com o segmento de Coberturas de Pessoas. Já em Capitalização, a alta incerteza associada ao novo marco regulatório do setor fez com que as projeções da rodada anterior fossem mantidas.

Boxe Estatístico

Acompanhamento histórico da arrecadação do Setor Segurador

Motivação

Séries estatísticas são essenciais para o acompanhamento histórico de determinada unidade de análise, seja ela um indivíduo, uma região ou um setor da economia. No caso do setor segurador, dados de boa qualidade permitem a elaboração de estudos que possam contribuir para maior compreensão de seus diversos segmentos e sua relação com a economia. Com séries mais longas, relacionar o desempenho do setor com aspectos demográficos, eventos políticos e econômicos que o influenciam se torna um exercício mais robusto e preciso. Dessa maneira, o objetivo deste boxe é apresentar brevemente os resultados e a metodologia de construção de séries históricas anuais de arrecadação¹ para o setor segurador que se estendem de 1995 até 2017.

Metodologia

Para que a construção da referida série histórica possuisse uniformidade metodológica, foram levadas em consideração a alteração de conceito do prêmio direto feita pela Susep em dezembro de 2013 e a criação da ANS em 2000.

No caso dos segmentos regulados pela Susep, há dados de arrecadação nas bases SES² desde o ano de 1995. De posse das resoluções que alteraram as codificações de ramos ao longo desse período, foram feitos exercícios de

reconstrução histórica desses produtos para criar séries longas para Ramos Elementares, Coberturas de Pessoas – planos de risco e acumulação – e Capitalização.

Quanto à Saúde Suplementar, o desafio de reconstrução das séries foi maior, pois apenas os dados referentes às operações das seguradoras especializadas em saúde, de 1995 até 2000, eram divulgados pela Susep. Portanto, informações referentes às diversas modalidades de operadoras de saúde foram estimadas para esse período através de uma regressão quadrática que relaciona dados das duas fontes. A partir desse período, com a criação da ANS, a divulgação dos dados completos ficou a cargo da Agência.

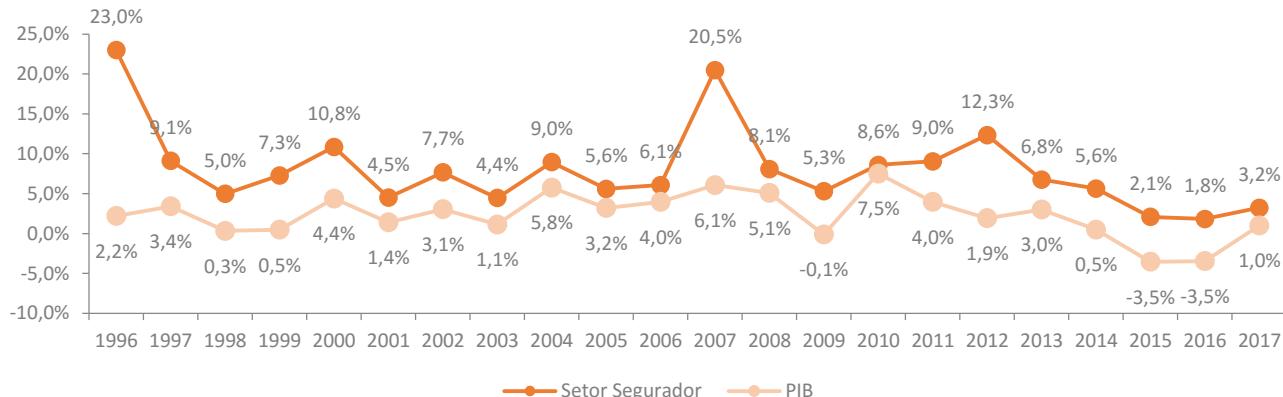
Resultados

O gráfico a seguir apresenta os resultados do exercício descrito na seção anterior. As variações anuais reais da arrecadação do setor segurador e de cada um dos quatro grandes segmentos que o compõem são comparadas com a variação do PIB real no mesmo período.

¹ Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

² Sistema de Estatísticas da Susep.

ACOMPANHAMENTO HISTÓRICO DO SETOR SEGURADOR E PIB (variação real)



Fonte: SUSEP, ANS e IBGE – Elaboração: SUESP

Ao se compararem as variações da arrecadação do setor segurador³ com o grau de aquecimento da economia, medido pela variação real do PIB, observa-se que as duas séries estão bastante correlacionadas, ainda que haja períodos de descolamento, que podem ser explicados por alguns fatores, analisados abaixo:

1) O sucesso do Plano Real, implantado em 1994, teve impacto imediato sobre a inflação. Entretanto, seus efeitos foram sendo assimilados gradativamente pelos diversos setores produtivos, que se beneficiavam da estabilização da economia após anos de hiperinflação. Para o nosso setor, três principais consequências da estabilização podem ser destacadas no entendimento do forte crescimento registrado em **1996**:

i. Redução da desigualdade, ampliando a renda das pessoas de menor remuneração e favorecendo segmentos como a Capitalização, com a qual, mesmo com poucos recursos, é possível constituir reserva, e a Saúde Suplementar, que passou a ser acessível para uma camada muito maior da população;

ii. Aumento na confiança e na previsibilidade dos contratos de longo prazo, cujos principais favorecidos foram os Planos de Acumulação, em Coberturas de Pessoas;

iii. Ajuste na qualidade da carteira e no modelo de negócios das empresas do setor, estimulados por maior concorrência com a abertura às empresas estrangeiras e o fim da prática do *floating* (ganho financeiro obtido com corrosão do valor real dos sinistros pagos pela inflação alta, frente ao prêmio recebido pelas seguradoras).

2) A criação e início da comercialização do PGBL e do VGBL, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos **2000**⁴, está por trás das altas taxas de crescimento verificadas nesse período para os Planos de Acumulação, em Cobertura de Pessoas. A boa divulgação desses então novos produtos somada ao debate público sobre a reforma da previdência – que ganhou corpo em **2003** – alavancaram a procura por produtos de caráter previdenciário.

³ A série apresentada é a variação real da arrecadação deflacionada pela variação média do IPCA.

⁴ O PGBL foi criado em 1999 e possui dados relativos à sua comercialização a partir de 2000. Já o VGBL foi criado em 2001 e possui dados a partir de 2003.

⁵ Uma consulta às séries disponíveis no site da ANS mostra que as receitas de contraprestação das operadoras da modalidade Autogestão tiveram um salto de 540% em 2007, enquanto as demais modalidades apresentaram crescimento de 9,2%.

3) Associa-se o crescimento excepcional do segmento de Saúde Suplementar no ano de **2007** ao fato de que, somente a partir de 2007, as operadoras da modalidade Autogestão passaram a enviar obrigatoriamente informações financeiras⁵ à ANS.

4) O forte crescimento da renda média das famílias pode explicar o aumento das taxas de crescimento do setor entre **2010** e **2012**, a despeito da desaceleração da economia nesse mesmo período. O contraste entre o crescimento robusto da renda das famílias, medido pela PNAD, e o crescimento fraco do PIB per capita levou a um grande debate no período, especialmente após a divulgação dos resultados da PNAD de 2012⁶. Nesse contexto, uma questão interessante, que pode ser abordada em análises futuras, está relacionada à busca de evidências de que foram os produtos cuja demanda depende mais da renda das famílias do que da renda agregada (PIB) os grandes responsáveis pelo descolamento entre o crescimento do setor segurador e a economia como um todo.

5) Em **2017**, o desempenho do mercado foi afetado pela desaceleração do VGBL e do PGBL, cuja arrecadação apresentou queda no ano em resposta ao afrouxamento monetário em curso.

Apesar dos eventos acima descritos, a forte correlação entre o crescimento do setor segurador e o do PIB mostra que, ainda que haja períodos de resiliência, em um prazo mais longo, seu desempenho tem sido determinado pelas condições gerais da economia. Entretanto, é interessante notar que o setor segurador apresenta taxas de crescimento real consistentemente mais altas que as do PIB, fazendo com que a arrecadação de todos os segmentos, que, pela métrica utilizada neste estudo, representava 2,7% do PIB em 1995, aumentasse

para 6,5% em 2017. Trata-se de mais uma evidência de que a elasticidade do crescimento do setor em relação ao PIB permanece maior que a unidade, indicando que há ainda muito espaço para crescimento dos produtos de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Referências

A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicados do IPEA. Set/2012. disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf

MUNIZ, Como O Plano Real afetou o Mercado Segurador brasileiro. Monografia de Final de Curso. Departamento de Economia da PUC-Rio. 1999. disponível em:
http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Eduardo_Augusto_Campello_Pereira_Muniz.pdf

⁶ Informalmente, o debate público chamou a divergência dos dados do PIB e da PNAD de “PIBinho vs. PNADona”.

Boxe Regulatório

O crescente uso dos meios remotos e seus aspectos regulatórios

O Brasil fechou 2016 com 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos (PNADc – IBGE). O reconhecimento dos meios remotos como instrumentos válidos e confiáveis de contratação trilhou caminhos longos, em que a polêmica foi uma constante, afirma a advogada Maria da Glória Faria¹. A desconfiança por parte dos órgãos de defesa do consumidor teve seu foco, sobretudo, na segurança e nas vantagens reais que a adoção dessa tecnologia proporcionaria e como estas seriam garantidas. A adoção dessa nova tecnologia não se deu de forma homogênea, tendo, alguns setores, introduzido-a com mais rapidez que outros. Não se deu de modo uniforme tampouco a resposta ao apelo das vantagens que a internet pode agregar à divulgação, prospecção e fidelização de clientes e à contratação de produtos e serviços.

No mercado de seguros não poderia ser diferente, a utilização de meios remotos vem se ampliando rapidamente, porém de maneira distinta em cada segmento. Em 2013 e 2016, a Susep e a ANS, respectivamente, publicaram normativos que permitiam ao setor a avançar nesse tipo de agenda. Mas vale lembrar que em 2008, mesmo que de forma tímida, a Susep já apresentava essa opção de contratação para as operações de Capitalização, com a publicação da **Circular Susep 365 de maio de 2008** (art. 6º), que está em vigor até hoje.

Nas operações de Seguro e de Previdência, segundo a **Resolução CNSP 294 de setembro de 2013**, são considerados meios remotos “aqueles que permitem a troca de e/ou o acesso a informações e/ou todo tipo de transferência de dados por meio de redes de comunicação envolvendo o uso de tecnologias tais como rede mundial de computadores, telefonia, televisão a cabo ou digital, sistemas de comunicação por satélite, entre outras”. A norma apresenta sob quais condições as supervisionadas podem utilizá-los, porém garantindo ao contratante a possibilidade de impressão de documento físico, a qualquer tempo, e ainda a possibilidade de uso da tecnologia biométrica, em lugar de *login* e senha do usuário, entre outras inovações importantes.

Mais recentemente, após um longo período de debates com representantes dos setores público e privado, a Susep publicou uma alteração importante das regras da norma de 2013, a **Resolução CNSP 359 de dezembro de 2017**. De acordo com a Autarquia, a norma foi editada com o objetivo de permitir que as operações por meios remotos no Brasil ocorram de forma mais completa e adequada, considerando o avanço do uso de tecnologias digitais que vêm transformando a oferta de serviços financeiros em todo o mundo. Além disso, o normativo coloca o setor alinhado a outros setores supervisionados, como bancos e mercado de capitais, no que diz respeito ao uso de tecnologias digitais.

¹ 2016, Revista Jurídica de Seguros

CONJUNTURA CNseg

BOXE REGULATÓRIO

ANO 1 | Nº 1 | NOVEMBRO/2018

Quando consultada formalmente pela CNseg, a Autarquia esclareceu que a necessidade de *login* e senha ou certificado digital são necessários para a formalização dos procedimentos por meios remotos, isto é, substituem a assinatura física dos documentos. Sendo assim, comunicações, solicitações e demais procedimentos que não necessitam da formalização, podem continuar sendo feitos sem a necessidade de que o requerente tenha *login* e senha ou certificado digital. Ratificou também que o normativo não visa a burocratizar procedimentos ou exigir a formalização de procedimentos que antes não eram necessários, mas viabilizar que a formalização das solicitações, quando for preciso, possa ocorrer através de meios remotos.

O normativo traz ainda a possibilidade de uma seguradora/EAPC operar exclusivamente através de meios remotos, mas não a isenta da observância de todo os requisitos e exigências legais e regulatórias já previstas – estas empresas de operação totalmente digital são denominadas Sociedade/EAPC Digital.

Já a ANS, com a publicação em **14 de novembro de 2016 da Resolução Normativa 413**, regulamentou a contratação de planos e seguros de assistência privada à saúde por meios eletrônicos que pôde, a partir de então, ser acessada e concluída pela internet e nos aplicativos das empresas. Esse tipo de contratação, assim como determinado pela Susep, recebeu caráter facultativo, ou seja, criou a possibilidade de o consumidor ou a empresa contratarem um plano privado de assistência médica por meio remoto, com ou sem a interveniência de um corretor, ficando a critério do contratante como fazê-lo.

Mesmo que de modo heterogêneo e paulatino, é inegável que órgãos reguladores e supervisionadas estão em busca das vantagens que essa forma de contratação e oferta de serviço podem proporcionar. As normas representaram avanços importantes e certamente já alavancaram e continuarão a fomentar a adoção dos meios remotos no relacionamento entre consumidores, corretores e seguradoras.

Boxe Jurídico

Lei Geral de Proteção de Dados

Em uma sociedade cada vez mais orientada e movida por dados, a promulgação de uma Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018) traz uma série de mudanças para toda a sociedade e a atividade empresarial, especialmente para o setor de seguros privados, em que os dados pessoais são insumo da atividade securitária, pois são necessários para aferir a especificação do risco e delimitar as coberturas que estão contempladas na apólice.

Com a promulgação da referida Lei, que entrará em vigor em fevereiro de 2020, o Brasil passa a integrar o conjunto de mais de cem países que possuem uma legislação específica de proteção de dados. Até então, o assunto era tratado pelo ordenamento jurídico brasileiro com base na Constituição Federal, que dispõe sobre a privacidade; no Código Civil, que tem previsões sobre os direitos da personalidade; na Lei do Cadastro Positivo e no Marco Civil da Internet.

A LGPD representa uma mudança no paradigma do tratamento de dados no país, trazendo para o arcabouço legal uma estruturação do conteúdo jurídico da proteção de dados.

A Lei, que deve ser observada pelos setores público e privado, foi sancionada no dia 14/08/2018, com veto a nove dispositivos, entre eles aos que tratavam da criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Entretanto, é fundamental a criação da futura autoridade, pois a nova Lei atribui a essa autoridade uma série de competências e atribuições que permitirão a aplicação das novas regras em sua plenitude

contribuirão para segurança jurídica nas relações entre titulares, controladores e operadores de dados pessoais.

A Lei nº 13.709/2018 estabelece direitos para os titulares dos dados e obrigações para os agentes que realizam a coleta, o armazenamento, o uso e o compartilhamento de dados e demais modalidades de tratamento. Contudo, o objetivo da Lei não se restringe a garantir os direitos individuais do titular do dado, já que também se destina a fomentar o desenvolvimento econômico, tecnológico e a inovação, ao exigir maior transparência e segurança jurídica ao tratamento de dados.

Nesse sentido, a entrada em vigor da Lei trará um novo campo de possibilidades ao mercado segurador, com um melhor fluxo de dados e uma nova forma de as sociedades seguradoras se relacionarem com os seus clientes e prestadores de serviços. A Lei também poderá incentivar o crescimento de seguros para riscos cibernéticos.

Por outro lado, para se adequarem à Lei e garantirem a segurança dos dados dos titulares, as seguradoras deverão elaborar novas regras de boas práticas e governança, já que as empresas deverão ter bem estruturadas as informações sobre a coleta, o armazenamento, o uso, o compartilhamento e a base legal para o tratamento de dados, pois diante de uma possível fiscalização pela Autoridade competente, terão que provar que tomaram todas as providências necessárias ao tratamento seguro dos dados. Vale ressaltar que tanto a adoção de política de boas práticas e governança quanto de mecanismos e procedimentos

internos capazes de minimizar o dano em eventual vazamento de dados, são utilizados como parâmetros quando da aplicação de sanções administrativas aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na Lei.

Em relação aos dados pessoais, a Lei prevê dez bases legais para o seu tratamento, tais como o consentimento pelo titular, o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, a execução de contrato ou de procedimentos preliminares a estes relacionados e o atendimento aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro. Neste último caso, o controlador, responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados, deverá emitir um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial. Quando se tratar de dados pessoais sensíveis, que são aqueles sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, referentes à saúde ou à vida sexual, bem como dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural, a Lei autoriza oito formas de tratamento, inclusive para a garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos. Desta forma, é importante que cada empresa escolha qual é a melhor base legal para tratar dados.

Com efeito, o consentimento não é a única base legal de tratamento de dados pessoais, em setores extremamente regulados como o segurador, ressalta-se a importância da

dispensa de consentimento para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, para a regular execução de contrato e ainda para o atendimento dos interesses legítimos da seguradora relativamente à promoção de atividades e à prestação de serviços que beneficiam o consumidor, a exemplo do uso de dados para a melhor justiça tarifária.

Não obstante, ainda que a Lei dispense, em alguns casos, o consentimento do titular do dado, as empresas deverão observar, quando do tratamento de dados, os direitos do titular garantidos em Lei, tais como a confirmação da existência de tratamento, o acesso do titular aos seus dados, a correção de dados, a anonimização, a portabilidade, a eliminação, a informação de compartilhamento e a revogação do consentimento. A título de exemplo, as sociedades seguradoras, ao compartilharem dados com sua rede de relacionamento, como oficinas, gestores de riscos e resseguradores, deverão informar aos titulares dos dados sobre esse compartilhamento.

Por fim, é importante destacar que no período dos dezoito meses anteriores à entrada em vigor da Lei, as seguradoras deverão analisar a melhor forma de incorporar as novas práticas sobre proteção de dados às suas relações internas, comerciais e para com o consumidor.

Produção Acadêmica em Seguros

As publicações selecionadas para compor o boxe de acompanhamento da produção acadêmica em seguros desta edição do Conjuntura CNseg abordam diversas temáticas relacionadas à atividade seguradora, na forma de trabalhos para discussão, livros e artigos acadêmicos, além de teses e dissertações de mestrado e doutorado nas mais diversas áreas do conhecimento.

Envie sua sugestão de Produção Acadêmica em Seguros para estudos@cnseg.org.br.

Na Tese de Doutorado Estimação de Provisões IBNR (*Incurred But Not Reported*) em Mercado de Seguros via Modelos com Coeficientes Variantes no Tempo, defendida no Departamento de Engenharia Elétrica da PUC do Rio de Janeiro, são propostas duas novas metodologias para a modelagem e previsão de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. Os resultados mostram que as metodologias sugeridas geram melhores previsões, quando comparadas às previsões do método *chain ladder*.

1

2

As preocupações com os crescentes custos da saúde, no Brasil no exterior, em um contexto de envelhecimento populacional, se evidenciam na intensa produção acadêmica que vem ocorrendo na área. No artigo **Manutenção do setor brasileiro de saúde suplementar a partir da composição da faixa etária idosa**, os autores fazem uma extensa revisão da literatura para inferir, por meio do conhecimento acumulado em estudos ao longo dos anos, como a transição demográfica no Brasil, marcada pelo rápido envelhecimento populacional, está impactando o padrão de utilização dos serviços – e, portanto, os custos – do segmento de Saúde Suplementar.

No livro **Programa de Seguros de Riscos Ambientais no Brasil**, Walter Polido introduz novas questões e revisita outras antigas para traçar um panorama dos seguros ambientais no Brasil, à luz de sua evolução em outros países, nos quais esse tipo de seguro constitui a principal ferramenta financeira existente para gerenciar os diversos riscos ligados ao meio ambiente. Trata-se de um tema crucial para a sociedade nos dias que correm, em que empresas e governos são cada vez mais cobrados pelos impactos.

3

4

Não apenas os custos das operadoras, mas os gastos das famílias com saúde também têm sido estudados, como no trabalho **Gastos privados com planos exclusivamente odontológicos no Brasil**, em que pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas analisam, com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/09 (POF-IBGE), o perfil social, demográfico e econômico dos beneficiários de planos exclusivamente odontológicos no Brasil e seus gastos, além de estimar a cobertura desses planos por domicílios no país.

5

A importância da cobertura de seguro saúde na saúde das pessoas é atestada por extensa pesquisa realizada na China, exposta no artigo **Comparing the effects of China's three basic health insurance schemes on the equity of health-related quality of life: using the method of coarsened exact matching**. Nele, os três diferentes esquemas de cobertura de planos de saúde que coexistem no mais populoso país do mundo são comparados por meio de técnicas estatísticas rigorosas. A conclusão é que diferentes esquemas geram efeitos distintos sobre a saúde da população atendida, e reforçam desigualdades entre o meio urbano e o rural no país.

Confira abaixo as publicações selecionadas:

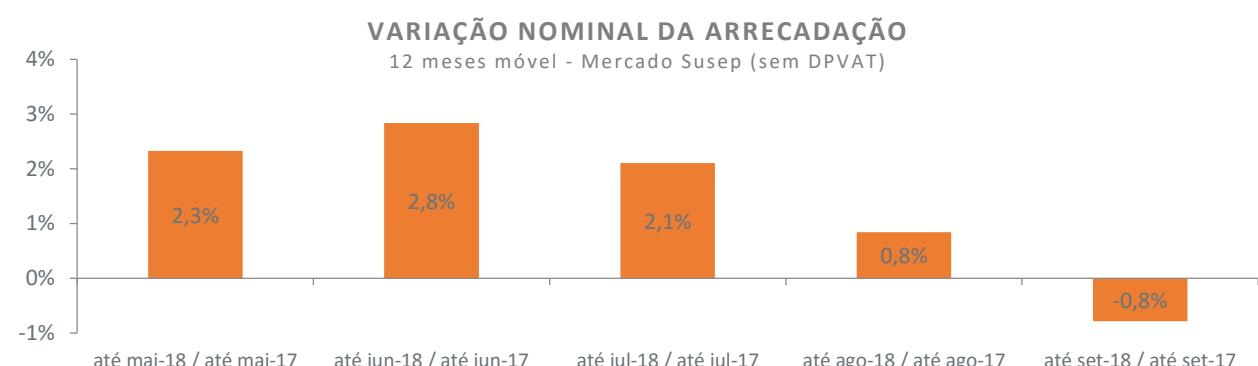
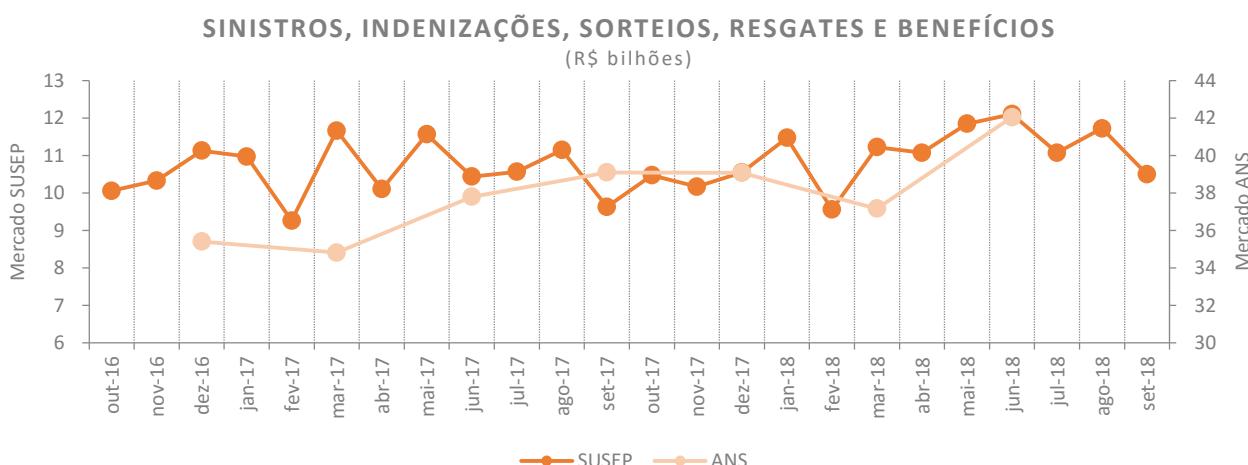
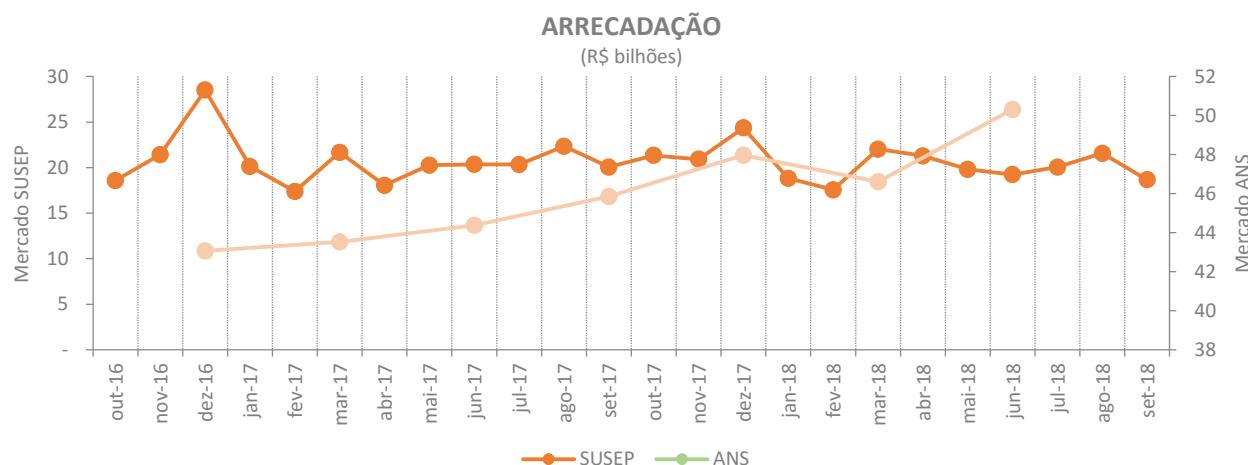
- 1 **Nome:** Estimação de Provisões IBNR (*Incurred But Not Reported*) em Mercado de Seguros via Modelos com Coeficientes Variantes no Tempo
Tipo de Publicação: Tese de Doutorado
Instituição/Publicação: Departamento Engenharia Elétrica da PUC-Rio
Período: jan/2017
Autor(es): Daiane Rodrigues dos Santos
Link: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31673/31673.PDF>

- 2 **Nome:** Programa de Seguros de Riscos Ambientais no Brasil
Tipo de Publicação: Livro
Instituição/Publicação: Simplissimo Livros Ltda
Período: fev/2018
Autor(es): Walter Polido
Link: https://books.google.com.br/books?id=HFVQDwAAQBAJ&dq=seguros&lr=&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

- 3 **Nome:** Gastos privados com planos exclusivamente odontológicos no Brasil
Tipo de Publicação: Artigo
Instituição/Publicação: Revista de Saúde Pública
Período: fev/2018
Autor(es): Andreia Morales Cascaes, Maria Beatriz Junqueira de Camargo, Eduardo Dickie de Castilhos, Alexandre Emídio Ribeiro Silva e Aluísio J D Barros
Link: http://www.rsp.fsp.usp.br/wp-content/uploads/articles_xml/0034-8910-rsp-S1518-87872018052000340/0034-8910-rsp-S1518-87872018052000340-pt.x83745.pdf
- 4 **Nome:** Manutenção do setor brasileiro de saúde suplementar a partir da composição da faixa etária idosa
Tipo de Publicação: Artigo
Instituição/Publicação: Brazilian Journal of Development
Período: jun/2018
Autor(es): Ariela Araujo Serejo, Mirian Picinini Méxas e Júlio Vieira Neto
Link: <http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/203/170>
- 5 **Nome:** *Comparing the effects of China's three basic health insurance schemes on the equity of health-related quality of life: using the method of coarsened exact matching*
Tipo de Publicação: Artigo
Instituição/Publicação: Health and Quality of Life Outcomes
Período: mar/2018
Autor(es): Min Su, Zhongliang Zhou, Yafei Si, Xiaolin Wei, Yongjian Xu, Xiaojing Fan e Gang Chen
Link: <https://hqlo.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12955-018-0868-0>

Resumo Estatístico

Setor Segurador



Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.

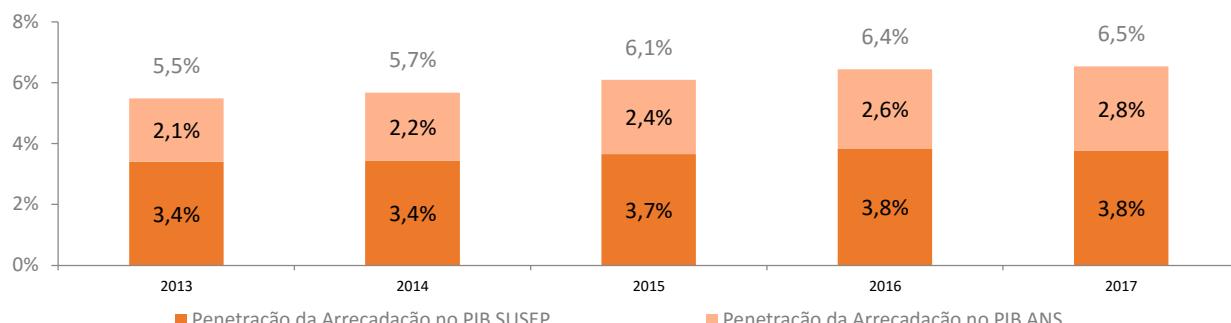
Fontes: DIOPS (ANS) - Extraído em 17/10/2018; SES (SUSEP) - Extraído em 29/10/2018

Arrecadação

(em milhões R\$)

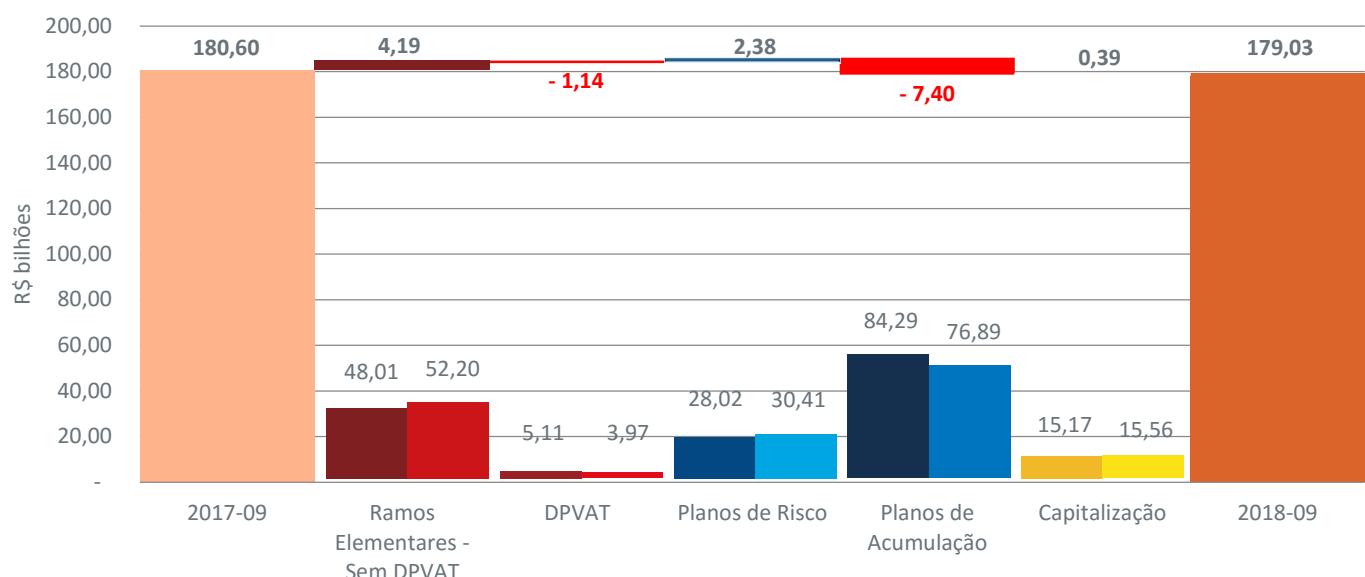
	Apenas supervisionadas SUSEP	Até setembro		Variação % 2018/2017	setembro	setembro	Variação %
		2017	2018		2017	2018	
1	Ramos Elementares (sem DPVAT)	48.014,0	52.202,3	8,7%	5.223,9	5.610,5	7,4%
1.1	Automóvel	25.056,0	26.703,1	6,6%	2.748,0	2.764,0	0,6%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	446,8	441,1	-1,3%	49,1	46,7	-4,9%
1.1.2	Casco	17.599,7	18.455,0	4,9%	1.932,1	1.923,3	-0,5%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	5.316,3	5.862,2	10,3%	584,5	596,0	2,0%
1.1.4	Outros	1.693,2	1.944,9	14,9%	182,3	198,0	8,6%
1.3	Patrimonial	8.091,4	8.813,4	8,9%	814,7	931,3	14,3%
1.3.1	Massificados	5.783,9	6.614,6	14,4%	642,7	742,3	15,5%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	1.932,0	2.234,4	15,7%	221,3	235,7	6,5%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	298,4	331,1	11,0%	35,2	35,3	0,2%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	1.535,3	1.776,0	15,7%	170,7	199,4	16,8%
1.3.1.4	Outros	2.018,3	2.273,1	12,6%	215,5	272,0	26,2%
1.3.2	Grandes Riscos	2.080,8	1.955,1	-6,0%	139,3	161,7	16,1%
1.3.3	Risco de Engenharia	226,7	243,6	7,5%	32,6	27,2	-16,6%
1.4	Habitacional	2.808,7	2.994,8	6,6%	316,7	322,8	2,0%
1.5	Transportes	1.971,7	2.268,8	15,1%	274,5	262,9	-4,2%
1.5.1	Embarcador Nacional	613,3	678,3	10,6%	75,2	68,5	-9,0%
1.5.2	Embarcador Internacional	317,5	372,8	17,4%	49,9	48,3	-3,2%
1.5.3	Transportador	1.040,9	1.217,7	17,0%	149,3	146,1	-2,2%
1.6	Crédito e Garantia	2.864,3	3.145,5	9,8%	277,7	375,6	35,2%
1.7	Garantia Estendida	2.014,5	2.202,8	9,3%	226,9	234,3	3,3%
1.8	Responsabilidade Civil	1.160,4	1.270,7	9,5%	116,4	145,9	25,3%
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	258,7	287,0	10,9%	31,8	34,7	8,9%
1.8.2	Outros	901,6	983,7	9,1%	84,6	111,2	31,5%
1.9	Rural	3.009,0	3.462,8	15,1%	352,5	429,8	21,9%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	540,9	542,6	0,3%	48,4	81,1	67,6%
1.10.1	Marítimos	288,4	250,8	-13,1%	12,3	17,3	40,5%
1.10.2	Aeronáuticos	252,5	291,9	15,6%	36,1	63,8	76,8%
1.11	Outros	497,1	797,7	60,5%	48,0	62,9	30,9%
2	Coberturas de Pessoas	112.308,0	107.299,0	-4,5%	12.680,7	11.132,3	-12,2%
2.1	Planos de Risco	25.460,0	27.878,8	9,5%	2.831,0	3.073,5	8,6%
2.1.1	Vida	10.087,5	10.946,3	8,5%	1.113,6	1.191,9	7,0%
2.1.2	Prestamista	6.876,2	8.341,3	21,3%	792,1	947,5	19,6%
2.1.3	Viagem	394,8	376,3	-4,7%	37,4	41,3	10,5%
2.1.4	Outros	8.101,5	8.215,0	1,4%	888,0	892,8	0,5%
2.2	Planos de Acumulação	83.646,8	76.278,7	-8,8%	9.517,7	7.695,3	-19,1%
2.2.1	Família VGBL	77.299,9	70.068,7	-9,4%	8.855,3	7.017,9	-20,7%
2.2.2	Família PGBL	6.346,9	6.210,0	-2,2%	662,5	677,3	2,2%
2.3	Planos Tradicionais	3.201,2	3.141,5	-1,9%	332,0	363,5	9,5%
3	Capitalização	15.165,8	15.558,4	2,6%	1.776,5	1.639,8	-7,7%
=1+2+3	Mercado Segurador (sem DPVAT)	175.487,9	175.059,6	-0,2%	19.681,0	18.382,7	-6,6%
4	DPVAT	5.112,4	3.968,4	-22,4%	366,0	285,7	-21,9%
=1+2+3+4	Mercado Segurador	180.600,3	179.028,0	-0,9%	20.047,1	18.668,4	-6,9%

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB

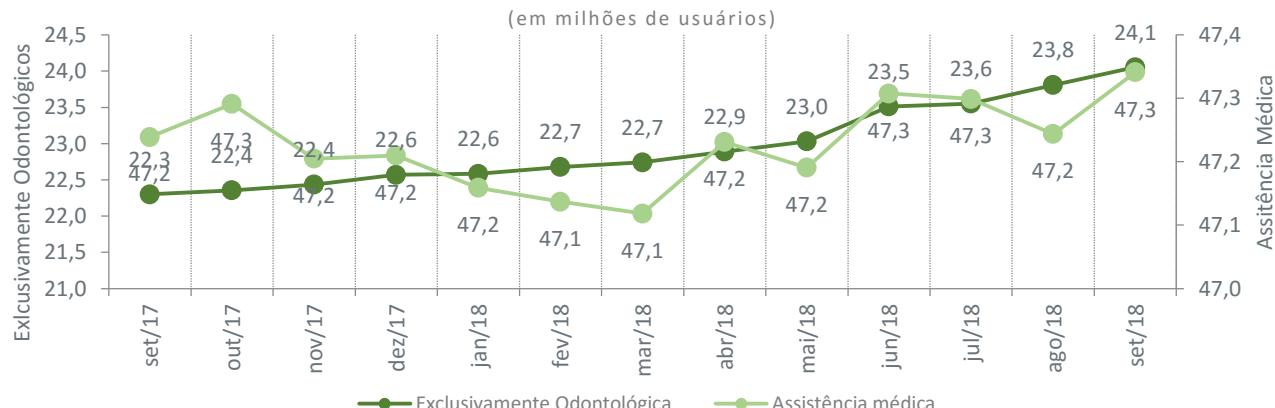


RAMOS ELEMENTARES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



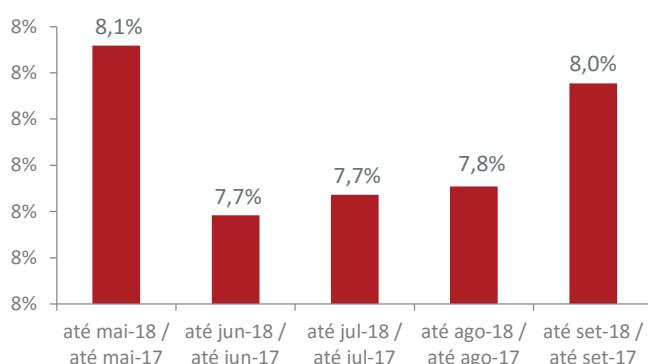
BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE



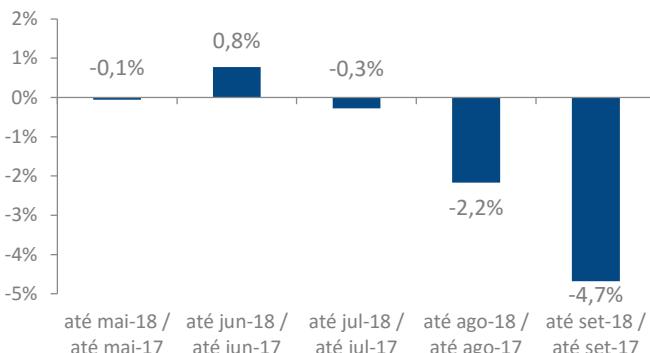
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
 Fontes: DIOPS (ANS) - Extraído em 17/10/2018; SES (SUSEP) - Extraído em 29/10/2018; SGS (BCB) - Extraído em 30/11/2018

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEL

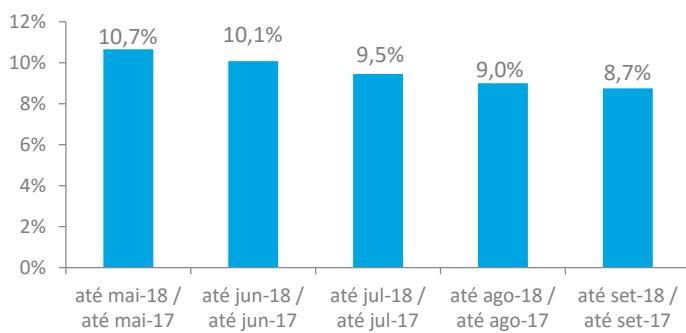
Ramos Elementares (sem DPVAT)



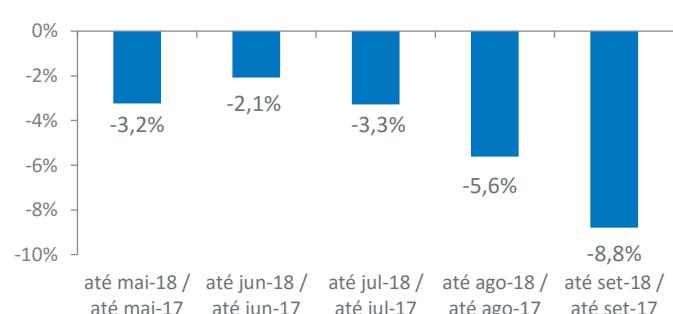
Coberturas de Pessoas



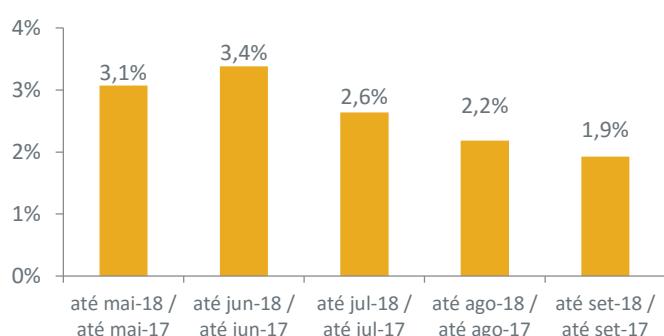
Coberturas de Pessoas - Planos de Risco



Coberturas de Pessoas - Planos de Acumulação



Capitalização



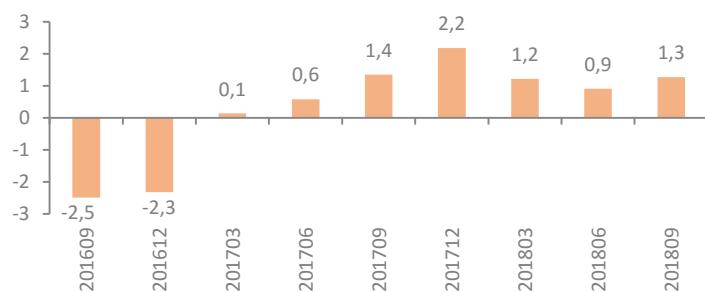
Saúde Suplementar



Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS) - Extraído em 17/10/2018; SES (SUSEP) - Extraído em 29/10/2018

Indicadores Econômicos

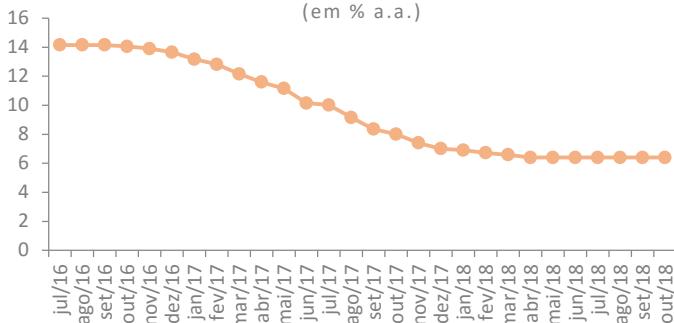
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



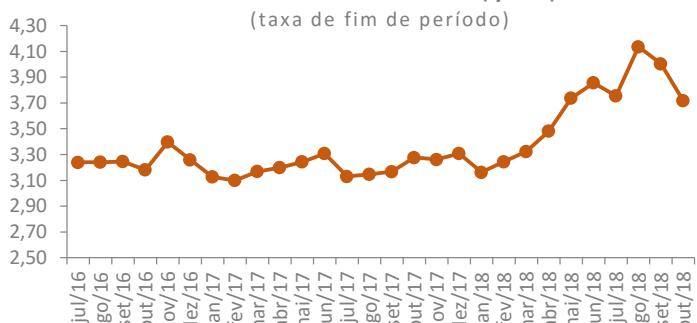
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



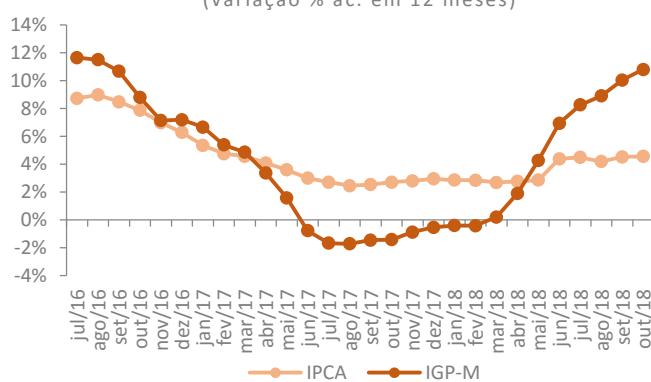
TAXA DE JUROS - SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



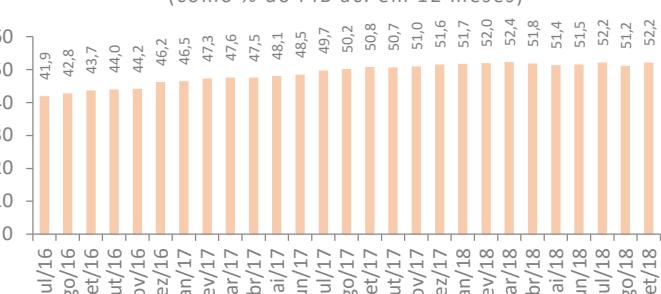
TAXA DE CÂMBIO - R\$/US\$
(taxa de fim de período)



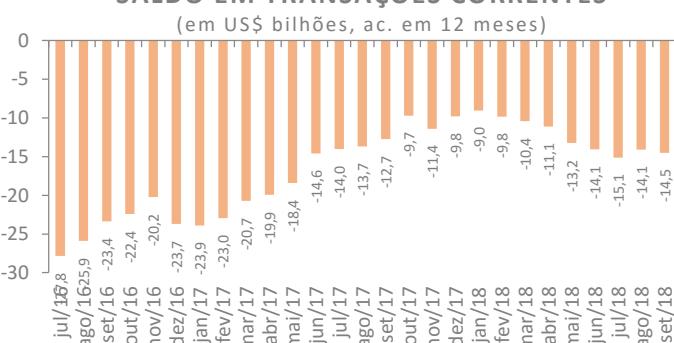
INFLAÇÃO - IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



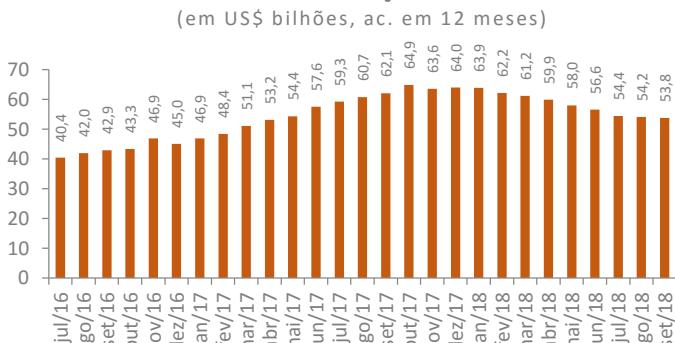
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro, e serviços de assistência, líquido dos salvados e resarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de saúde suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a estes planos.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território Nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de preços ao consumidor-amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice geral de preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Núcleo de Inflação: Segundo o Banco Central do Brasil, núcleo de inflação, também denominado de inflação subjacente, é uma medida que procura captar a tendência dos preços, desconsiderando distúrbios resultantes de choques temporários.

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Ransomware: Tipo de código malicioso que torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento, geralmente usando criptografia, e que exige pagamento de resgate (*ransom*) para restabelecer o acesso ao usuário.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

Regressão: Técnica que permite explorar e inferir a relação de uma variável dependente com uma ou mais variáveis independentes específicas.

Variáveis Exógenas ou Independentes: Determinadas por circunstâncias não descritas pelo modelo estatístico, mas que influenciam o comportamento da variável a ser explicada (dependente).

Modelo Univariado: Modelo estatístico no qual apenas uma variável independente é utilizada para explicar a variável de interesse (dependente).

Regressão Quadrática ou Regressão Polinomial de Grau 2: Regressão entre a variável dependente e uma equação do 2º grau (polinômio de grau 2) da variável independente.